

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONOMICAS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**SISTEMA BANCÁRIO E O CRESCIMENTO ECONÔMICO: UM ESTUDO
APLICADO À ALEMANHA, BRASIL E ESTADOS UNIDOS**

AUGUSTO ATZ RESENDE VALENTE DE MELLO

PORTO ALEGRE, 2012.

AUGUSTO ATZ RESENDE VALENTE DE MELLO

**SISTEMA BANCÁRIO E O CRESCIMENTO ECONÔMICO: UM ESTUDO
APLICADO À ALEMANHA, BRASIL E ESTADOS UNIDOS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Sabino Porto Júnior

PORTO ALEGRE, 2012.

AUGUSTO ATZ RESENDE VALENTE DE MELLO

**SISTEMA BANCÁRIO E O CRESCIMENTO ECONÔMICO: UM ESTUDO
APLICADO À ALEMANHA, BRASIL E ESTADOS UNIDOS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Sabino da Silva Pôrto Júnior

Aprovado em: Porto Alegre, 26 de Junho de 2011

Prof.Dr. Sabino Pôrto Júnior - Orientador

UFRGS

Prof.Dr. Ronald Otto Hillbrecht

UFRGS

Prof.Dr. Flávio Tósi Feijó

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a minha mãe, Liana, por sempre ter-me apoiado, ajudando a chegar aonde eu cheguei, com muito carinho e dedicação. Gostaria de agradecer também a minha família de modo geral, por terem sido tão importantes na minha vida, proporcionando-me sempre muita atenção.

Agradeço ao Prof. Sabino Pôrto Júnior, por ter sido o meu orientador na presente monografia, assim como na minha Iniciação Científica. Agradeço a atenção que me proporcionou, além de todo o aprendizado.

Agradeço aos meus amigos de infância, Bruno Ferrari, Eduardo Charão e Pedro Moacyr por todos os momentos de descontração como os jogos de FIFA e a sinuca de todo sábado.

Agradeço todos os meus amigos que fiz na faculdade, os quais me acompanharam durante todos esses anos, tanto nos momentos de estudo, como nos momentos de descontração. Também agradeço a todos os membros do NAPE, Bruno Martins, Fernando Kuwer, Matheus Torma, Victor Sant'ana, Fernando Schuck e Paulo Naibert pelo sempre saudável e estimulante ambiente de estudo, além das tardes de estudo de Contabilidade Social.

Agradeço também a todos os amigos que fiz pelo mundo, principalmente na Alemanha, como meus amigos de Bamberg, Natália Rohenkohl do Canto, Bruna Ribarczyk, Diego Mambrin, Mateus Freitas, entre outros e aos amigos feitos em Frankfurt.

Agradeço a todos, que mesmo não citados, foram muito importantes durante esses anos.

Por fim agradeço a oportunidade de estudo nessa faculdade e a todos os professores que participaram da minha graduação.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a estudar a relação entre um sistema bancário e o crescimento econômico. Essa relação foi levantada pela primeira vez por Schumpeter (1911), sendo, posteriormente, alvo de estudo de outros autores. Para compreender essa relação, é relevante estudar inicialmente as funções básicas de um banco, a fim de entender a maneira pela qual eles influenciam a economia. Especificamente, os sistemas a serem estudados serão os Sistemas Bancários da Alemanha, do Brasil e dos EUA. Após descrever as estruturas dos respectivos sistemas e sua situação atual, é proposto estimar através da Regressão do Crescimento se essa causalidade é verdadeira.

PALAVRAS CHAVES: Sistema Bancário, Crescimento Econômico

ABSTRACT

The present study attempts to explore the relation between a banking system and economic growth. This relation was created by Schumpeter (1911), and was studied by other authors since then. To understand this relation, it is relevant to study first the basic functions of a bank, in order to understand how it influences the economy. Specifically, the systems studied here are the German, the Brazilian and the American banking systems. After describing the structures of the respective systems and their current status, we estimate if the causality is true using a Growth Regression.

KEY WORDS: Banking System, Economic Growth

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Crédito Bancário de acordo com a categoria Bancária – 2000-2011.....	34
GRÁFICO 2: Número de Bancos Comercias nos EUA.....	42
GRÁFICO 3: Valores do Crédito por Origem Bancária – 1995-2011.....	59
GRÁFICO 4: Valores do Crédito Público – 1995-2011.....	60
GRÁFICO 5: Valores do Crédito Privado – 1995-2011.....	61
GRÁFICO 6: Desenvolvimento Financeiro e Eficiência na Alocação de Crédito.....	75
GRÁFICO 7: Comportamento das Variáveis crescimento do PIB per capita e Participação do Crédito dos Bancos Comerciais sobre o Crédito Total (Alemanha): 2000-2011.....	79
GRÁFICO 8: Comportamento das Variáveis crescimento do PIB per capita e Participação do Crédito dos Bancos Comerciais sobre o Crédito Total (EUA): 1990-2011.....	82
GRÁFICO 9: Comportamento das Variáveis crescimento do PIB per capita e Participação do Crédito dos Bancos Comerciais sobre o Crédito Total (Brasil): 1995-2011.....	84

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Regressão do Crescimento para Alemanha.....	80
TABELA 2: Teste de Normalidade dos Resíduos (Alemanha).....	81
TABELA 3: Regressão do Crescimento nos EUA.....	83
TABELA 4: Teste de Normalidade dos Resíduos (EUA).....	83
TABELA 5: Regressão do Crescimento para o Brasil.....	85
TABELA 6: Teste de Normalidade dos Resíduos (Brasil).....	86

SUMÁRIO

Introdução

1.	Sistema Bancário.....	13
1.1.	História de Sistema Bancário.....	13
1.2.	Bancos.....	20
1.2.1.	Estrutura Bancária.....	22
1.2.2.	Bancos Universais.....	23
1.2.3.	Bancos Comerciais e Bancos de investimento.....	24
2.	Sistemas Bancários Internacionais.....	26
2.1.	Sistema Bancário Alemão.....	26
2.1.1	Características Gerais.....	27
2.1.2	História do Sistema Bancário Alemão e Características Principais.....	28
2.1.3	Estrutura do Sistema Bancário Alemão (Drei-Säulen-Struktur).....	32
2.1.4.	Hausbank.....	35
2.2.	Sistema Bancário Americano.....	37
2.2.1	História do Sistema Bancário Americano e Características Principais....	37
2.2.2.	Bancos Públicos nos EUA.....	43
2.3.	Sistema Bancário Alemão x Sistema Bancário Americano.....	45
3.	Sistema Bancário Brasileiro.....	48
3.1.	Evolução Histórica e Características do Sistema Bancário Brasileiro.....	48
3.2.	Estrutura do Sistema Bancário Brasileiro.....	52
3.3.	Bancos Públicos e Desenvolvimento Econômico.....	56
3.4.	Situação Atual do Sistema Bancário Brasileiro.....	58

4. Crescimento Econômico e Sistema Bancário.....	62
4.1. Estudos Sobre Crescimento Econômico e Sistema Bancário.....	62
4.2. Meios de o Sistema Bancário Influenciar o Crescimento Econômico.....	69
4.3. Desenvolvimento do Sistema Bancário.....	71
4.4. Estudos Empíricos.....	74
5. Evidências Empíricas.....	77
5.1. O Modelo.....	77
5.2. Base de Dados.....	78
5.3. Sistema Bancário Alemão.....	78
5.4. Sistema Bancário Americano.....	81
5.5. Sistema Bancário Brasileiro.....	84
6. Conclusões.....	87
7. Referências.....	89

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a relação positiva entre sistema bancário e crescimento econômico. Aqui, os objetos de estudo serão o Sistema Bancário Alemão, Americano e Brasileiro, buscando encontrar para os respectivos países uma relação entre as duas variáveis do estudo.

Assim sendo, é pertinente responder nesse trabalho a razão pela qual os bancos teriam a capacidade de induzir a resultados positivos na economia real, mesmo que os diferentes países apresentam características bancárias próprias. Teria o Sistema Bancário Alemão com um sistema baseado firmemente em bancos, em especial aos típicos bancos universais alemães (Hausbank) uma influência incontestável? Ou o Sistema Bancário Americano, que é marcado pela atomização e pela forte concorrência com o mercado de capitais apresentaria uma prova irrefutável dessa relação? De qual caso estrangeiro o Sistema Bancário Brasileiro se aproxima mais dos resultados e características?

Com o intuito de responder essas perguntas, é relevante o estudo dos bancos dos países em pauta. Tomando-se o exemplo alemão, quais são as especificidades das instituições germânicas, a ponto de ser conhecido como o país dos grandes bancos universais. Anteriormente, estudar a evolução histórica pode ser um bom caminho para a compreensão da estrutura contemporânea. Paralelamente, em que quesitos as instituições americanas se destacam, além de evidenciar uma característica ímpar se tratando das grandes economias mundiais, a de um mercado bancário altamente atomizado.

Ao se tratar da atuação dos bancos é pertinente observar que sua evolução remonta desde a idade média, mais especificamente as cidades italianas, tal qual Veneza. Desde então foram criadas uma considerável quantidade de novas ferramentas, como a moeda fiduciária. Paralelamente, para lidar com as diversas inovações, houve a ascensão de algumas importantes instituições que formam nos dias de hoje a estrutura básica do sistema bancário como conhecemos.

Em virtude do tema central do trabalho se referir à relação entre bancos e crescimento econômico, devem-se compreender os meios pelos quais essas instituições conduziram ao resultado esperado.

As funções básicas dos bancos consistem em captar depósitos e ofertar crédito, o que gera liquidez à economia. Essa característica por si só é capaz de, teoricamente, ter uma relação positiva com o crescimento econômico, já que através dessas instituições há uma melhor alocação do crédito, possibilitando que agentes com necessidades monetárias as satisfaçam e através dessa ação impacte positivamente na economia. Um exemplo clássico se refere a um agente que precise de um montante de unidades monetárias para realizar o seu empreendimento. Paralelamente, outros indivíduos retêm dinheiro sem nenhuma utilidade. Nessa situação o banco pode satisfazer ambos os casos. Outra característica que possibilita a ação dessas instituições se refere à capacidade de gerir risco, função vantajosa em nosso exemplo.

Por esse motivo, a literatura econômica citou em diversas ocasiões a possibilidade de uma relação positiva entre as duas variáveis em discussão. É importante salientar que autores como Schumpeter defendem essa causalidade, sendo o primeiro de muitos que se interessaram por essa questão. King e Levine (1993) encontraram empiricamente uma relação positiva entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico, para um conjunto de 77 países, corroborando para essa causalidade.

Dito isto, o primeiro capítulo desse trabalho trata da literatura sobre a evolução histórica do sistema bancário e as principais funções e estruturas dessas instituições. O segundo capítulo aborda os dois sistemas bancários internacionais alvos do estudo. Na primeira seção, o Sistema Bancário Alemão será tratado desde sua evolução histórica à características estruturais próprias. Posteriormente o Sistema Bancário Americano é tratado a partir do mesmo molde.

O terceiro capítulo aborda o Sistema Bancário Brasileiro, analisando características históricas e estruturais, para por fim discutir pontos atuais desse sistema. O quarto capítulo trata da teoria econômica que trata a relação entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico. Por fim, o quinto capítulo trata da parte empírica que busca levantar evidências para uma relação positiva entre as duas variáveis do estudo. O modelo a ser estimado consiste em uma regressão linear onde se utiliza o crescimento médio do PIB per capita como variável dependente que representa o crescimento e a participação do crédito dos bancos comerciais em relação ao crédito total como variável explicativa. Dentre os sistemas bancários estudados, há dados específicos a cada um deles. É esperado que o resultado seja positivo e significativo, evidenciando assim uma relação positiva entre bancos e crescimento econômico.

1. Sistema Bancário

A atividade bancária exerceu desde o seu nascimento um papel muito importante na oferta de serviços financeiros como intermediário entre os que poupam e os que investem. Captando depósitos, concedendo crédito e agir em outras operações de caráter financeiro fazem parte de suas atribuições mais tradicionais dos intermediários financeiros. Mais importante ainda, revisa-se numa vasta literatura a importância dos bancos para o crescimento econômico dos países, como defendido, dentre outros, por Schumpeter (1911). Contudo, para melhor compreender o sistema bancário, é interessante compreender o processo que originou a sua estrutura tradicional.

1.1.História do Sistema Bancário

Dada a importância do setor bancário nesse estudo, a primeira seção busca descrever de maneira geral a história bancária, baseando-se fortemente no livro “A Ascensão do Dinheiro” de Niall Ferguson (2008).

Segundo Ferguson (2008) em uma época anterior ao nascimento de um sistema bancário, já se podia observar um “laboratório” para a estrutura que viria a se desenvolver alguns séculos depois. Mais especificamente o norte da Itália no início do século XIII era uma terra dividida em diversas cidades-estados hostis, onde havia dificuldades para uma simples escolha de moeda como meio de troca universal, já que havia em um pequeno espaço sete tipos diferentes de cunhagens, além de uma dificuldade extrema no que se tange a um sistema contábil para melhor organização do comércio.

Exatamente nesse contexto nasceu um dos primeiros avanços consideráveis para a criação de um sistema bancário, que foi a introdução de uma série de idéias contábeis de caráter matemático até então desconhecidas na Europa. Através do matemático italiano Fibonacci, inovações como números decimais e um sistema aplicado à contabilidade comercial representou um considerável avanço.

Indiscutivelmente as características das cidades italianas como Pisa ou Florença foram propícias ao desenvolvimento de um sistema financeiro, assim como Veneza, que se tornou um grande laboratório de empréstimos para a Europa, devido às influências orientais. Especificamente em uma região com alta taxa de comércio a questão do empréstimo de dinheiro se tornou mais corriqueira e quantidades pagas ao prestador acima do valor inicial se tornaram necessária para justificar o risco de emprestar dinheiro, fato que deu origem aos agiotas que cobravam juros exorbitantes para emprestar dinheiro. Toda essa prática acabou aumentando a importância dos prestadores de dinheiro que passaram a ser cada vez maiores, tornando possível o nascimento dos negócios bancários.

Segundo Hildreth (2001) é possível dizer que essa foi a primeira instituição regular que de fato podia ser chamada de banco, mesmo não sendo realmente um banco nos moldes atuais. Entre as inovações estabelecidas nessa época está o hábito dos mercadores de depositar o dinheiro com esses “banqueiros”, simplesmente por questão de segurança. Com o tempo passou a ser recorrente o mercador ter contas nessas instituições.

Já no começo do século XIV, as finanças italianas se deslocaram em direção a Florença, onde três famílias dominavam esse negócio, os Bardi, Perizzi e os Acciaiuoli, porém esses acabaram por falir devido ao calote de dois de seus principais clientes, o rei Eduardo III da Inglaterra e o rei Roberto de Nápoles.

Essa situação aponta a fraqueza dos agiotas, já que essas famílias não trabalhavam ainda de acordo com um forte sistema bancário, sendo na realidade uma estrutura informal. O tamanho e a organização de um sistema bancário eram, em termos potenciais, essenciais para uma maior segurança contra típicos problemas dessa área, como informação assimétrica, além de serem importantes para a diminuição dos riscos.

O surgimento dos Médici ilustra algo que se aproxima muito mais do que qualquer exemplo anterior, do modo como se conhece bancos nos dias atuais. O nascimento do poder dessa família foi o negócio de moedas estrangeiras, passando a ser conhecidos como

banqueiros por literalmente negociarem em bancos que eram colocados na rua. É importante ressaltar, que a grande quantidade de sistemas de cunhagem foram fundamentais para o sucesso dessa família, já que qualquer transação realizada entre maiores distâncias requeria esses serviços.

As notas de câmbio foram de relativa importância para os negócios dos Médici, pois os mercadores podiam usá-las como meio de pagamento, porém sem a necessidade de dinheiro em espécie, sendo necessário somente um banqueiro para agir como um intermediário, recebendo em troca partes dos ganhos anuais das firmas que estivessem envolvidas no negócio, um modo de burlar a proibição da cobrança de juros.

Vale observar, que os Médici usavam diversas técnicas contábeis que foram de suma importância, porque a escala não tinha sido jamais vista. Porém o sucesso desse negócio não foi exatamente o tamanho, mas sim a diversificação, que evitou a quebra do banco caso um único devedor não pagasse a dívida, como o ocorrido anteriormente com os Bardi, Peruzzi e os Acciaiuoli. O princípio que explica o sucesso é o banco ser grande e diversificado o bastante para distribuir os seus riscos, reduzindo o perigo que a falta e o atraso nos pagamentos poderiam ter para a sua existência.

Ferguson (2008) observa ainda que as nações do norte da Europa que conseguiram maior sucesso comercial na época, a se ressaltar Holanda, Inglaterra e a Suécia, tiveram como modelo o sistema bancário italiano. Foi inclusive nesses países que nasceram uma série de inovações que viriam a ser muito importantes para a evolução do sistema bancário moderno. O autor destaca três instituições distintas que foram protagonistas nesse contexto.

O Wisselbank (Banco de Câmbio) foi importante em uma região onde mais de quatorze moedas diferentes, além de moedas de outros países, eram usadas seguidamente. Segundo, a Quinn e Roberds se tornou a instituição financeira mais bem sucedida do século XVII e XVIII e Adam Smith definia que o dinheiro do Wisselbank tinha valor intrínseco superior ao dinheiro corrente.

Um modo alternativo de descrever essa modalidade monetária, é que era muito mais parecida aos moldes modernos, inclusive se assemelhando ao dinheiro eletrônico. Esses autores defendem que o Wisselbank agia também como um banco central, porque criava uma base monetária para uma larga escala de comércio, suportando e regulando um sistema de depósito privado, estabilizando o mercado. Outra característica ressaltada é que outra

importante influência desse banco se refere à estabilidade de preços, característica que foi mantida por mais de um século, até a sua falência.

Ferguson (2008) comenta que, o Banco de Câmbio foi pioneiro ao criar um sistema baseado em cheques, além de débitos diretos, permitindo que os mercadores tivessem contas com uma moeda padronizada. A importância desse novo sistema, é que agora era possível haver uma quantidade cada vez maior de comércio, já que não era necessário materializar as transações em moedas reais. Com essa inovação um comerciante poderia ordenar um pagamento somente pedindo para uma quantia ser debitada da sua conta e ser creditada na conta de outro mercador. A partir de então o comércio, como já citado, foi amplamente facilitado, inclusive levando-se em conta o grande potencial dessa economia na época.

O grande problema, contudo, dos Bancos de Câmbio, era que eles tinham a obrigação de reter reservas em metais preciosos e moedas em uma quantidade igual aos seus depósitos, o que limitava a suas ações, principalmente no que tange a criação de crédito. Hildreth (2001) observa que na mesma época um banco baseado no mesmo princípio se estabeleceu em Hamburgo. O Hamburger Bank tinha um papel de grande importância no norte da Alemanha, estabilizando o comércio da própria cidade de Hamburgo e outras cidades livres da região, como Bremen e Lübeck.

Em relação ao problema da criação de crédito, Ferguson (2008) observa que a inovação que buscou solucionar o problema foi encontrada anos depois com a fundação do Riskbank na Suécia, também designado como Lanebank já que procuraria solucionar problemas relacionados a empréstimos, além de facilitar os problemas comerciais, nesse ponto aos moldes do Wisselbank. Diferentemente do banco holandês, o Riskbank não tinha necessariamente uma proporção de 100% entre depósitos e reservas, o que o permitia emprestar montantes superiores a sua reserva.

Ferguson (2008) observa que de certo modo foi com essa prática que foi inaugurada o que seria conhecido mais tarde como reservas fracionadas, que permitiria que o dinheiro depositado pudesse circular criando crédito e ao mesmo tempo proporcionando lucros aos bancos. Essa prática explorava a baixa probabilidade de todos dos depositantes quererem retirar dinheiro ao mesmo tempo, sendo necessária somente uma fração em suas reservas. Com isso o Riskbank criou um modo eficiente de angariar lucros através da cobrança dos juros. A característica anteriormente citada que se aproxima de como conhecemos hoje as

reservas fracionadas, é de suma importância, porque é uma fonte eficiente de criação de crédito e conseqüentemente de dinheiro.

Ferguson (2008) cita posteriormente a criação do Banco da Inglaterra (Bank of England) como outra grande inovação, formando juntamente com o Wisselbank holandês e o Riskbank sueco o conjunto de inovações para o sistema bancário. Como a função inicial era a de auxiliar o governo com as finanças de guerras, o banco tinha grandes privilégios. Além de ser o único banco que poderia operar com ações, ele foi contemplado com o monopólio parcial da emissão de notas bancárias, que além de não carregar juros tinha como função facilitar transações de compra e venda, sem precisar ter uma conta bancária. É importante observar que posteriormente o Banco da Inglaterra passou a exercer funções públicas, em contrapartida da confirmação do monopólio na emissão de células.

Nessa época o Banco da Inglaterra passou a desempenhar um papel cada vez mais fundamental nas transações interbancárias. A sua importância cresceu anos depois, quando houve o abandono das leis de usura, passando então a haver uma vantagem ainda maior da sua escala, por ser o maior banco da cidade.

Com as inovações citadas pelo autor, é de crucial perceber que com as modificações do sistema bancário provocaram grandes mudanças na natureza do dinheiro, como possibilidade de transações intrabancárias sem moeda, reservas fracionadas e monopólio dos bancos centrais na emissão de notas. Diferentemente de tempos anteriores, o dinheiro não era mais simplesmente o metal precioso em si, quando o objetivo era somente a cunhagem de moedas com esses metais. A partir desse ponto o dinheiro passava a representar os riscos e os compromissos dos bancos, como depósitos e reservas.

Com essas inovações financeiras o sistema monetário moderno foi fortemente transformado, onde o relacionamento entre credores e devedores passou a ser arbitrada por um intermediário, no caso os bancos. Essas instituições passavam a reunir informações, observar os riscos, sempre buscando maximizar os seus lucros, que nessa situação é representado por maximizar a diferença entre os custos da soma total dos riscos e os ganhos com os ativos, sem reduzir a reserva a um ponto vulnerável a uma corrida bancária. Nesse contexto a questão da confiança é fundamental, já que uma crise nesse quesito provocaria uma fuga dos depositantes e conseqüentemente uma quebra do banco.

No contexto da evolução do sistema bancário é importante observar a discussão que entrou na pauta de diversos historiadores, no que se trata da relação entre o crescimento dos negócios bancários e a aceleração do crescimento econômico que se iniciou na Inglaterra e evoluiu para a Europa ocidental e mais tarde para os EUA.

Em Ferguson (2008) postula-se que a revolução financeira precedeu o crescimento econômico proporcionado pela revolução industrial. Porém, é observado pelo autor que os bancos tiveram um papel muito mais importante na industrialização da Europa continental do que na Inglaterra. Esse ponto é justificado pelo fato que a manufatura de tecidos e a produção de ferro, que foram os protagonistas na revolução industrial inglesa, não precisavam de uma participação significativa dos bancos, diferentemente do que viria a ocorrer na segunda revolução industrial. Para tal houve uma grande explosão de inovação financeira na Europa e na América do Norte, observado por uma ampla variedade de diferentes tipos de bancos.

Inserido no contexto de inovação financeira, houve no final do século XIX uma grande proliferação de novos tipos de bancos, em particular os que aceitavam depósitos, que por motivos de sua natureza tornaram a expansão monetária possível. Exemplos dessa onda podem ser observados através dos bancos comerciais como o London & Westminster (1836), o Birmingham & Midland(1836), o Lloyds (1884) e o Barclays (1896). Posteriormente os bancos de investimentos industriais surgiram em diversos países da Europa continental, como na Bélgica com o Société Générale, na França com o Crédit Mobilier e na Alemanha com o Darmst der Bank, não obtendo o mesmo sucesso na Inglaterra, muito por conta da falência do Overend Gurney.

Esses bancos não tinham que necessariamente comprar a es industriais, mas sim atrair poupadores para entregar os seus depósitos e criar uma base de expansão para novos empréstimos bancários. Especialmente nesse contexto destaca-se a importância do papel que seria desempenhado pelos novos bancos de poupança, principalmente em virtude pela soma de recursos que eles atraíram, como no Reino Unido, onde os bancos de poupança detinham aproximadamente um quarto de todos os depósitos daquele país. Nesse mesmo contexto outro exemplo representativo era os ativos dos bancos alemães de poupança, que eram mais de duas vezes e meia maior que a soma de todos os ativos dos “grandes bancos” mais conhecidos, como o Darmst dter Bank, o Deutsche Bank, o Dresdner Bank e o Disconto-Gesellschaft.

Nesse contexto, o sistema bancário assume papel relevante para o financiamento da revolução industrial nos países da Europa Continental e da importância dos bancos de poupança, é interessante analisar brevemente o caso alemão. Börner (1996) relata que na primeira fase da revolução industrial as novas empresas de capital privado podiam se auto financiar, o que influenciou associações pré industriais como manufaturas manuais a acumularem e terem posteriormente através do entesouramento todas as condições necessárias para o crescimento industrial.

É importante salientar que, nessa fase, os bancos de crédito não eram necessários para mercado de capitais e para ações, exceções eram as empresas ferroviárias, já que a sua estrutura pedia alta quantidade de capital. Já a segunda fase da revolução industrial se estabilizou como uma fase de mais intensiva produção e conseqüente necessidade de capital, quando os bancos de crédito começaram a ser mais importantes. Exemplos de como crédito passou a ser originado de bancos foi cada vez mais recorrente, como na região da Renânia e posteriormente no vale do Ruhr, onde durante toda a segunda revolução industrial se concentrou a maior parte das indústrias, sendo comparativamente o que a região de Manchester foi para a Inglaterra na revolução industrial.

Ferguson (2008) observa que já no início do século XIX emergiu uma nova estrutura que se tornaria uma peça fundamental para o sistema bancário no molde que conhecemos nos dias de hoje, o Banco Central. A partir da inauguração dessa estrutura monopolista passou a haver maiores preocupações com a regulamentação, como do bom funcionamento do padrão ouro e da concentração dos depósitos bancários em poucas instituições, porém grandes.

Em 1800 foi fundado o Banco da França, em 1857 o Reichbank da Alemanha e posteriormente outros bancos centrais. De forma oposta é interessante observar que o sistema bancário americano demorou mais tempo para criar o Fed, fundado somente em 1913, sendo que até essa data os negócios bancários eram totalmente livres. Essa característica, juntamente com outros importantes fatores propiciou uma característica totalmente diferente a esse sistema americano, que, diferentemente dos mais famosos casos europeus, não apresentava uma concentração tão alta, inclusive sendo considerada altamente atomizada.

Todos os pontos descritos expõem a evolução de um sistema que começou embrionariamente nas cidades italianas, mais especificamente Veneza do século XIII, até a estrutura se conhece atualmente. De modo geral se observa que inclusive no século XX houve

uma série de inovações no sistema financeiro, que atingiu o sistema bancário. Como exemplo, pode-se tomar a Europa, onde o capital bancário equivale a 10% dos ativos, contra cerca de 25% do começo do século. A conclusão é que além de receberem mais depósitos, os bancos emprestam uma proporção ainda maior, o que se reflete em capitais básicos em níveis mínimos. Ferguson observa que nos dias atuais os ativos dos bancos das economias mais importantes do mundo são equivalentes a aproximadamente 150% do PIB desses mesmos países.

1.2. Bancos

Entre as funções principais de um banco, a mais básica de todas é ser um meio eficiente de movimentar o dinheiro de um ponto onde ele se encontra para outro ponto onde ele é necessário, sendo de suma importância em diversos aspectos, como o de facilitar o investimento. A questão de agir como intermediário entre quem busca crédito e quem o detêm, além de gerar liquidez são funções bancária básicas. Macroeconomicamente também se pode ressaltar seu papel chave, já que sua relação com o banco central é vital para a criação de oferta monetária.

Segundo Hefferman (2005) é exatamente a provisão de depósitos e empréstimos que distingue os bancos de outras firmas financeiras. Nesse contexto os depósitos são responsabilidade dos bancos, os quais têm a obrigação de ser gerenciado para a maximização dos lucros, além de gerenciar os ativos criados pelos empréstimos. É essa característica que descreve de outro ponto de vista a atividade bancária, de agir como intermediário entre depositantes e emprestadores.

Em um mercado com competição perfeita não haveria custos associados à intermediação entre os agentes e o volume de empréstimos e depósitos seria regulado pelo nível da taxa de juros. Porém, há, na prática, diversos custos de intermediação, como procura, verificação, monitoramento e custos de aplicação, além da estimação dos riscos inclusos nos serviços de intermediação, que também tem na maioria das vezes grande influência.

Um dos custos mais discutidos nessa área são os custos de transação, que representam grande parte da avaliação de custos bancárias, tendo inclusive influência no tamanho dos bancos, já que essa característica é estreitamente ligada ao aproveitamento das economias de escala. Essa característica gera grande controvérsia, já que em países como EUA, é desejado um sistema bancário atomizado, principalmente com o objetivo de fomentar uma grande concorrência. Porém de acordo com o princípio das economias de escala, seriam desejáveis instituições maiores, nos moldes das inglesas ou dos bancos universais alemães, que por seu tamanho aproveitam mais eficientemente as economias de escala e de escopo.

Outra importante atividade bancária é a de oferecer liquidez para os clientes, porém é importante observar que diferentes categorias têm vários tipos de preferência por liquidez, porque por um lado há clientes que desejam poder retirar o seu dinheiro a qualquer hora, mas outros trocam o consumo presente pelo futuro, não tendo então uma preferência tão alta por liquidez. Nesse contexto o mais importante é notar que a preferência por liquidez muda todo o tempo, principalmente devido a eventos inesperados.

Além de estudar o motivo pelo qual os bancos existem, é também interessante buscar uma explicação sobre a estrutura organizacional básica dessas instituições de modo geral. Basicamente, não se pode esquecer que os bancos têm de modo geral os mesmos objetivos de uma firma, onde a maximização do lucro é o ponto central. Heffernan (2005) argumenta que a estrutura de um banco tradicional, o qual serve de intermediário entre devedores e credores, além de oferecer serviços bancários de pagamentos aos clientes, pode ser explicada pela teoria de Coase, a qual argumenta que as firmas como alternativas as transações no mercado, sendo por esse motivo uma maneira de organizar a atividade econômica, porque alguns produtos são melhores organizados em uma estrutura com comando. No caso dos bancos as suas funções são mais eficientes se baseadas exatamente em um modelo mais organizado, sendo ainda mais eficientes em mercados organizados.

Porém uma das explicações para a estrutura bancária, mais aceitas nos dias de hoje, conecta a natureza desse sistema com a teoria do Agente Principal, que explica os contratos entre diversos agentes. Essa teoria expõe basicamente, que indivíduos buscam maximizar suas utilidades, num ambiente de assimetria de informações entre os agentes. Entre as principais relações bancárias estão:

- 1- Os acionistas (Principal) e a gerência (agente)

- 2- O banco (principal) e os funcionários (agente)
- 3- O bancos (principal) e os devedores(agente)
- 4- O depositantes (principal) e o banco (agente)

A partir dessas relações problemas de incentivos podem aparecer, principalmente devido a problemas relacionados à informação assimétrica, já que a ausência de informações confiáveis tem poder de prejudicar a relação entre os contratantes. Tomando como exemplo as relações anteriores, pode-se, por exemplo, discutir esse problema em relação aos acionistas e a gerência, onde a informação assimétrica pode ter conseqüências positivas ou negativas. Nesse exemplo os acionistas não poderão ver todas as decisões dos gerentes, motivo pelo qual os resultados previstos pelos acionistas podem ser totalmente diferentes do esperado. Por esse motivo há grande interesse no estudo de problemas relacionados à informação assimétrica, como seleção adversa e risco moral. No caso do Risco Moral (Moral Hazard), o Principal teria dificuldades de observar os agentes (subordinados), que podem, dessa forma incorrer em perigo moral de cometer o que ficou estabelecido no contrato.

Informação assimétrica existe na presença de um mercado onde um dos agentes não está perfeitamente informado sobre o comportamento ou tipo dos outros agentes, no caso do sistema bancário isso representaria que a relação entre clientes e os bancos seriam potencialmente não monitoráveis, já que a verificação de certas características não seria simples.

1.2.1.Estrutura Bancária

Segundo Heffernan (2005) a estrutura bancária apresenta características que se diferem dependendo do país, sofrendo inclusive influências de acordo com as diferentes estruturas regulatórias de cada país. O reflexo dessa característica pode ser facilmente observado em diversos países, como a Alemanha ou EUA, onde o processo regulatório e a evolução dos respectivos sistemas bancários tiveram resultados distintos, mas são mantidas, em ambos os casos, as funções básicas dos bancos. Exemplos de como diferentes países têm estrutura bancária distintas podem ser facilmente observados, em uma rápida comparação

entre os EUA e o Reino Unido, a quantidade de bancos comerciais, por exemplo, que eram 35 bancos no Reino Unido em 2002, contra mais de 7700 nos EUA.

Em se tratando do número de todas as instituições tomadoras de depósitos, observa-se que o caso americano tem 10000 instituições a mais do que todos os 10 maiores países ocidentais somados. Ainda se tratando de diferentes estruturas, observa-se que em países como França e Alemanha os bancos cooperativos têm relativa importância, já para o caso germânico, há também um grande número de bancos regionais, os quais de certo modo diluem a dominância dos grandes bancos universais.

1.2.2. Bancos Universais

Bancos Universais são caracterizados por oferecerem uma gama ampla de serviços bancários e serviços financeiros não bancários em uma única entidade. Além dessas características, esses bancos possuem ação direta com atividades comerciais, inclusive agindo de maneira direta em algumas empresas. Entre as atividades normalmente exercidas estão às básicas como intermediação e acesso a liquidez, além de comércio de instrumentos financeiros (Títulos Públicos, Moedas), mercados de ações, serviços corporativos como fusões e aquisições, seguros e gerenciamento de investimentos.

Rich e Walter (1993) expõem, que em se tratando dessa estrutura específica, é importante ressaltar que a Alemanha é o país onde essa característica se observa com mais facilidade. Basicamente se pode dizer que a Alemanha é a “casa dos bancos universais” ou como é conhecido “Hausbank”. Como foi observado, esses bancos agem literalmente de modo universal, se engajando em vários setores industriais, além do comércio estrangeiro. O alcance é eventualmente tão amplo, que os bancos universais alemães e suíços são líderes mundiais de serviços de seguro.

Ao se discutir a importância e a eficiência de um sistema baseado nos bancos universais, deve-se analisar aspectos qualitativos. Dentre as vantagens que justificam o papel central dessas instituições está principalmente a capacidade de aproveitar economias de escala e economias de escopo. Ao considerar esse ponto, deve-se simultaneamente entender o seu papel em uma escala global, já que as suas funções são altamente variadas. Assim, o contexto

tem potencial de aumentar a eficiência bancária, já que os riscos se tornam menores para instituições desse tamanho, além dos custos mais baixos para oferecer outros produtos, sendo o último caso justificado pela economia de escopo.

É interessante observar que mesmo com o grande poder dessas instituições, em países como Alemanha e Suíça a presença desses bancos não eliminou o papel e a força dos bancos menores e mais especializados. Elsas e Krahnert (2004), por sua vez, apontam a significativa influência positiva dos bancos universais no desempenho das firmas. As duas principais justificativas para esse resultado, segundo os autores, têm relação com a eficiência do banco em resolver problemas de assimetria de informação e de contratos incompletos. Porém é importante ressaltar que se por um lado há evidências que firmas com grande dependência desses bancos têm desempenho mais alto, há outros casos que não justificam tal dependência.

1.2.3. Bancos Comerciais e Bancos de investimento

Hefferman (2005) observa que o termo “Banco Comercial” começou a ser utilizado nos EUA a partir do Glass Steagal Act, que instituiu que os bancos deveriam ser comerciais ou de investimento, buscando evitar que o setor deixasse de ser competitivo e principalmente evitar uma nova crise. Porém atualmente esses termos se estenderam para outros países. Segundo Cornett e Tehranian (2004) a existência dessas instituições se justifica pelos vários serviços tradicionais providos a setores da economia, como serviços de informações, de liquidez, serviços relacionados aos custos de transações, transmissão da oferta monetária, alocação de crédito e serviços de pagamentos.

Os bancos de investimento tinham inicialmente nos EUA, de acordo com Hefferman (2005), a função de angariar capital para grandes corporações e para o governo, subscrevendo ações para essas empresas ou seguros governamentais, além de serem importantes para fusões e aquisições. Os modernos bancos de investimento expandiram ainda mais suas atividades, podendo transacionar propriedades, instrumentos de renda fixa, além de serviços de consultoria e custódia global.

É importante observar que os bancos universais possuem funções que são uma combinação dos bancos de investimentos com bancos comerciais. Sirri (2004) conceitua um banco de investimento puro, aquele que escoar ativos entre emitentes e investidores, além de agirem com a proposta de diminuir as fricções envolvendo a emissão de novos empréstimos. Ao se referir a fricções, as causas básicas estão relacionadas com o fato que as transações entre as partes são, de modo geral, geograficamente separadas, além das informações sobre os agente envolvidos serem limitadas ou nulas e haver interesses opostos em relação à transação. Um exemplo básico para esse conflito se refere ao desejo do emissor de um papel de seguro de ter o maior retorno possível, já o investidor irá querer comprar o papel que ele estará investindo por um preço baixo. Segundo Sirri (2004) transferir recursos através do tempo e do espaço, prover mecanismos de gerenciamento de riscos, promoverem informações e usar mecanismos que solucionem a assimetria de informações, são pré requisitos básicos dessas instituições.

2. Sistemas Bancários Internacionais

O setor bancário é um segmento de reconhecida importância para a economia nacional. Todavia é interessante observar que cada caso apresenta características que se diferem dependendo do país, principalmente em virtude das influências das diferentes regulações. Ao se tratar do Sistema Bancário Alemão e Americano, é possível observar isso com clareza, principalmente em razão de peculiaridades próprias de ambos os sistemas.

Este capítulo visa entender ambos os casos, analisando as respectivas peculiaridades, contar a evolução histórica, estudar suas características e estrutura para explicar o meio pelo qual há a indução do crescimento econômico.

2.1. Sistema Bancário Alemão

O Sistema Bancário Alemão é reconhecido por apresentar características muito próprias, dentre as quais instituições como o “Hausbank”, além da própria postura fortemente ativa dessas instituições na economia germânica. Devido à necessidade de compreender melhor as instituições intermediárias desse país é útil analisar brevemente alguns pontos “chaves”, para posteriormente haver um aprofundamento nas principais instituições.

2.1.1 Características Gerais

No tocante ao Sistema Financeiro Alemão, as características mais importantes a se destacar é a existência de Bancos Universais, também conhecidos como “Hausbank”. Outra instituição com forte destaque são as Caixas Econômicas (Sparkassen), que detém cerca de 36% dos ativos bancários totais e são entidades que não são necessariamente maximizadoras de lucros. Paralelamente observamos que os Bancos Comerciais, detem cerca de 26% dos ativos bancários e são entidades que buscam maximizar os lucros Os bancos cooperativos, que como veremos faz parte junto com as outras entidades descritas da estrutura chave dos sistemas bancário alemão, detêm cerca de 15% dos ativos bancários.

Tratando-se da dinâmica do setor, observamos que em 1988 havia aproximadamente 45000 escritórios bancários, número muito superior do que foi em anos anteriores, porém o número de bancos foi no sentido inverso, já que o número foi e é cada vez menor. Esses dados indicam que há uma tendência de concentração na indústria bancária, fato corroborado por outros indicadores, como algumas fusões e compras de bancos. Relativo à quantidade de pessoas empregadas nesse setor, houve um aumento significativo nos últimos tempos, indicando uma dinâmica positiva.

O mercado financeiro é reconhecido que esse setor é pouco desenvolvido se comparado com outros países industriais, visto muitas vezes como não atrativo. Vale salientar que os mercados de títulos são inclusive mais importantes que os mercados de ações, principalmente em razão da segurança oferecidas por esses ativos. Entretanto, nos últimos anos, o mercado de ações foi objeto de grande evolução, tornando-se possível argumentar que atualmente sua importância é relativamente maior.

Outro fator próprio do Sistema Financeiro Alemão é a importância dos bancos no controle das firmas. A participação direta dos bancos no investimento direto era de quase 9% em 1990, além da participação também direta representar 25% das 33 maiores empresas. Nesse contexto não se pode deixar de lado a importância que os bancos, em especial os famosos “Hausbank” têm nos conselhos das empresas, que no caso da Alemanha tem forte significado. Ao se tratar das cem maiores empresas, os bancos controlam cerca de 40% dos votos, tendo, portanto uma alta representatividade. Allen e Gale (1994) concluem que o

Sistema Financeiro Alemão, como já foi visto, é dominado pelos bancos, tem alta concentração, operarem em parte de acordo com o interesse do público.

Um indicador interessante trata sobre o investimento direto do setor bancário em países em desenvolvimento, de acordo com os dados de 1990 a 2004. Os grandes bancos alemães, que são considerados grandes em comparação com o sistema americano que é mais atomizado, são na verdade de certa forma pequenos. Uma expressão utilizada, cita que “os grandes bancos alemães são do ponto de vista global bancos pequenos”. O argumento se baseia que os investimentos diretos americanos são de 73 milhões, se colocando na primeira posição, já os alemães são de somente 33 milhões, ocupando a sétima posição. Porém esse ponto é muito discutido e contrariado por muitos, principalmente no que se refere à estrutura do sistema bancário.

2.1.2 História do Sistema Bancário Alemão e Características Principais

Com o objetivo de entender o Sistema Bancário Alemão contemporâneo é um bom guia entendermos sua evolução histórica. Börner (1996) argumenta que a estrutura atual é reflexo de uma constante evolução, mais fortemente observável a partir da revolução industrial, um período de transição de uma sociedade fortemente agrária para uma industrial, tendo inclusive influência para orientação dessa transição. A importância mais visível é a partir, principalmente da segunda revolução industrial (1870).

Na primeira fase da revolução industrial as novas empresas de capital privado podiam se auto financiar, o que influenciou associações pré-industriais como manufaturas manuais a acumularem e terem posteriormente através do entesouramento todas as condições necessárias para o crescimento industrial. É importante salientar, que nessa fase, bancos de crédito e mercado de capitais para ações não eram necessárias, em virtude da baixa demanda por crédito. Uma das exceções eram as empresas ferroviárias, já que a sua estrutura pedia alta quantidade de capital.

A segunda fase da revolução industrial se estabilizou como uma fase de mais intensiva produção e consequente necessidade de capital, quando os bancos de crédito se tornaram importantes. O crédito bancário passou a ser mais requisitado, como na região da Renânia e posteriormente no vale do Ruhr, onde durante toda a segunda revolução industrial se concentrou a maior parte das indústrias, sendo comparativamente o que a região de Manchester foi para a Inglaterra na revolução industrial.

Nesse contexto, a necessidade de um ou mais bancos que tivessem a capacidade de financiar os cada vez mais numerosos projetos alemães tornou-se indispensável. Inicialmente houve o aparecimento de industriais e banqueiros privados que fundavam sociedades de capitais que eram especialistas em créditos para indústrias, se tornando os grandes bancos propriamente ditos. Todavia, esses bancos deixaram de serem exclusivamente instituições de crédito e passaram a cumprir tarefas propriamente ditas de um banco, principalmente se tomarmos o conceito moderno.

Essas instituições serviam como depositários e conseguiam exercer a sua tarefa no que tange a população em geral, possibilitando mobilização de capital para os grandes investimentos, além de pequenos investimentos através dos depósitos da população. Em razão das restrições legais, esses bancos passaram em sua maioria a serem fundados na forma de sociedades acionárias, como inicialmente em 1848 o Schaaffhausen'sche Bankverein, köln. Em 1870 foi fundada nessa forma o Deutsche Bank AG, o Commerzbank AG, posteriormente em 1872 o Dresdner Bank AG e já no ano de 1914 os grandes bancos de Berlim (Com pouca expressividade nos dias de hoje em razão da situação política vivida por Berlim).

Essas instituições, através de um grande crescimento, se tornaram os nomes principais do Sistema Bancário Alemão, principalmente através de aquisições de pequenos bancos regionais. Börner (1996) argumenta que esses pontos foram importantes para a configuração atual do sistema, fato que podemos concluir empiricamente ao olhar o Market Share atual na Alemanha, onde Deutsche Bank e o Commerzbank são os dois líderes, além da importância do Dresdner Bank.

Esses grandes bancos alemães foram desde o início do século 20 altamente ligados com a indústria alemã, tendo a sua existência e amplitude ligadas a ela, assim como a indústria deve aos grandes bancos a possibilidade de obter capital intensivamente. Os grandes bancos não se atêm a somente fornecer o crédito, mas também fomentam a indústria de

maneira ativa. É possível considerar que eles agem na esfera da política industrial, diferentemente, por exemplo, dos bancos americanos.

Por isso, desde a fundação das grandes empresas industriais, a participação do crédito possibilitou seu crescimento, e com a entrada das suas ações na bolsa, havia a tomada de uma parte das ações por parte dos bancos. Em virtude desse fator, os bancos, além do crédito, agiam como donos de parte das indústrias, característica que observamos até hoje, quando bancos como o Deutsche Bank tem relevância em muitas das empresas de grande porte.

Por essas características expostas, a Alemanha é reconhecida como um país onde há o típico sistema com bancos universais, onde investimentos e créditos são por um lado advindos das vendas de ações e por outro lado é em geral responsabilidade da mesma instituição. O princípio do banco universal é totalmente oposto do sistema americano, onde há uma divisão entre bancos comerciais e bancos de investimento, o que de acordo com Allen e Gale (1994) caracteriza o sistema americano de investimento como mais eficiente no curto prazo, porém sem a mesma força no longo prazo do sistema alemão. Para tanto é importante salientar que o sistema universal que permite a existência de grandes bancos e em razão da ligação mais profunda com as empresas, um crédito de longo prazo.

Se por um lado o Sistema Bancário Alemão é caracterizado pelos grandes bancos, essas não as únicas instituições de destaque. Há também um grupo numeroso e heterogêneo de bancos privados, que além dos três grandes bancos atuais, são formados por institutos regionais, bancos privados e bancos estrangeiros. Tipicamente os bancos privados são orientados para a maximização do lucro, já os bancos cooperativos e as caixas econômicas têm outra característica.

No que refere a significância histórica, a fundação das caixas econômicas (Sparkassen) tem relevo destacado. A fundação se deu em sua época, quando se buscava atender uma linha da política mais voltada para o social. Essas caixas agiam desde a sua fundação com o intuito de permitir à população mais pobre a possibilidade deles pegarem as suas pequenas economias e as depositar com mais segurança. Essa inovação permitiu a atração de recursos em um montante considerável, já que até então o serviço bancário tradicional não estava ao alcance da população mais pobre. Os bancos cooperativos também foram fundados nessa mesma época, e teve através dos “bancos do povo” (Volksbank) uma relativa importância a cessão de crédito para pequenas empresas.

Em relação ao desenvolvimento econômico, é possível afirmar que os bancos regionais também foram fundados com esse objetivo sendo um dos pontos centrais, tendo exercido de fato um papel de grande relevo. Rich e Walter (1993) expõem que a maioria dessas instituições foram fundadas no século XIX em municípios ou distritos na Alemanha, buscando encorajar a poupança da população local. Em razão de serem bancos públicos, diferentemente das instituições privadas, um objetivo claro é funcionar além de um maximizador de lucros. Na realidade, essas instituições acabam exercendo funções para o público, promovendo o desenvolvimento local e auxiliando os grupos que se encontram em uma situação de desvantagem. Como já observado o caráter regional dessas instituições, é interessante ressaltar mais especificamente, que as operações se estabelecem nos estados (Bundesländer) e são limitadas a essa área.

Uma das conclusões mais claras de Börner (1996) foi salientar a grande influência que os bancos têm sobre as indústrias, principalmente quando tratamos dos três grandes bancos. Esse fenômeno é facilmente observado pela estrutura das grandes empresas alemãs, que tem inclusive nos altos escalões de seus conselhos a participação dos bancos. Empiricamente podemos nos recordar da fusão da Mannesmann através da Vodafone em 2001, quando o alto comando do Deutsche Bank teve participação ativa em todo o processo, diferentemente do que ocorreria no sistema bancário americano, onde os bancos não têm uma influência tão ampla.

No periódico Schnelldienst, página 8, é discutida sobre a estrutura para muitos oligopolistas do sistema bancário alemão. Fischer expõe em seu artigo argumentos que podem botar esse ponto em uma maior discussão. Ao se tomar como comparação a concentração européia, concluímos que essa é na Alemanha relativamente baixa. O Market Share dos cinco maiores bancos é cerca de 22%, enquanto no Reino Unido é de 73%. A partir desses dados a discussão passa a ser sobre as vantagens e desvantagens dessa característica, principalmente no que se tange a competitividade internacional dessa forma bancária. É argumentado que os grandes bancos alemães por mais participativos que sejam internamente não são tão competitivos em nível internacional como, por exemplo, os bancos britânicos. Porém não devemos nos esquecer de que essa configuração muda quando o sistema para comparar com a Alemanha e os EUA, onde há absolutamente muito mais bancos e pequenos bancos do que na Alemanha, além de relativamente, já que há mais bancos per capita.

Essa tendência inclusive se mantém, ou até cresce, já que nos últimos anos a Alemanha é o país na Europa onde há o maior número de fusões entre bancos, podendo ser entre as caixas econômicas e os bancos cooperativos, ou seja, há cada vez uma concentração maior, observando que em cinco anos o número de bancos decaiu em 30%. Evidentemente que conforme será observado na respectiva seção sobre o sistema americano há também nos EUA um fenômeno parecido, porém não tão forte. Mesmo no contexto de algumas modificações recentes na estrutura bancária alemã (Market Share), o sistema continua sendo considerado muito estável, inclusive de acordo com relatórios do FMI. A pluralidade de modelos, responsabilidade da “Drei-Säulen-Struktur” (estrutura das três colunas), é uma das explicações para tamanha estabilidade, sendo inclusive ressaltado o fator estabilizador das caixas econômicas e bancos regionais sobre a economia alemã em geral.

2.1.3 Estrutura do Sistema Bancário Alemão (Drei-Säulen-Struktur)

Como já observado, o Sistema Bancário Alemão é caracterizado por ser fundamentado sobre variados tipos de instituições. As diferenças pontuais entre suas formas jurídicas, de quantidade de trabalhadores e do balanço, no sentido também do ativo e passivo das empresas, dos objetivos e da estrutura da propriedade são a característica que os difere entre si. Individualmente os institutos são divididos de acordo com o critério da forma jurídica, que são divididos em três diferentes grupos, por isso a o sistema bancário alemão é fundamentado na estrutura conhecida como “Drei-Säulen-Struktur” (estrutura das três colunas). A primeira “coluna” é fundamentada sobre os bancos privados, a segunda sobre os bancos públicos e a terceira sobre os bancos cooperativos.

De acordo com o estudo “Das Deutsche Finanzsystem Effizienz steigern – Stabilität erhöhen” (2005), os Bancos Privados agem tipicamente como Bancos Universais. Oferecem um amplo serviço bancário, além de serviços financeiros não-bancários, sob uma entidade legal. Dentre as atividades financeiras exercidas por essa categoria estão os serviços de seguros, gerenciamento de investimentos, comércio de instrumentos financeiros (Títulos,

serviços de câmbio), além de intermediação e oferecer liquidez através de depósitos e empréstimos. Por esse motivo, a Alemanha é a casa dos Bancos Universais, conhecidos como “Hausbank”, sendo essas tipicamente sociedades por ações, assim como empresas privadas. Os bancos privados também são os maiores, dentre os quais, já citados, o Deutsche Bank AG, Dresdner Bank Ag, Commerzbank AG, Bayerische Hypo- und Vereinsbank AG e o Deutsche Postbank AG. Também faz parte dessa categoria os bancos regionais, banqueiros privados, bancos estrangeiros e institutos de crédito real, como o Hypothekenbanken.

Rich e Walter (1993) classificam os grandes bancos que estão classificados nessa coluna como instituições com grandes redes de negócios dentro da Alemanha e internacionalmente. O “Hausbank” tem grande influência para financiar o comércio e a indústria. De fato, essas instituições são altamente engajadas com o papel de investimento, além de grande participação no mercado nacional e internacional de seguros. Rich e Walter (1993) citam que esses bancos agem subscrevendo ativos de seguro tanto no nível nacional como internacional.

Os bancos públicos representam a segunda “coluna” do sistema. Essa categoria é representada pelos bancos estaduais (Landesbanken), caixas econômicas (Sparkassen), caixas econômicas rurais (Landesbausparkassen) e bancos com atividades especiais como o KfW Bankengruppe. Essas instituições são propriedades do estado alemão, dos governos estaduais, ou em alguns casos de um sistema híbrido. Existem onze bancos estaduais, porém, após algumas aquisições ou fusões entre alguns desses bancos, o número se reduziu a sete. Os bancos estaduais agem também como bancos universais, além de terem também a função de instituto central das caixas econômicas.

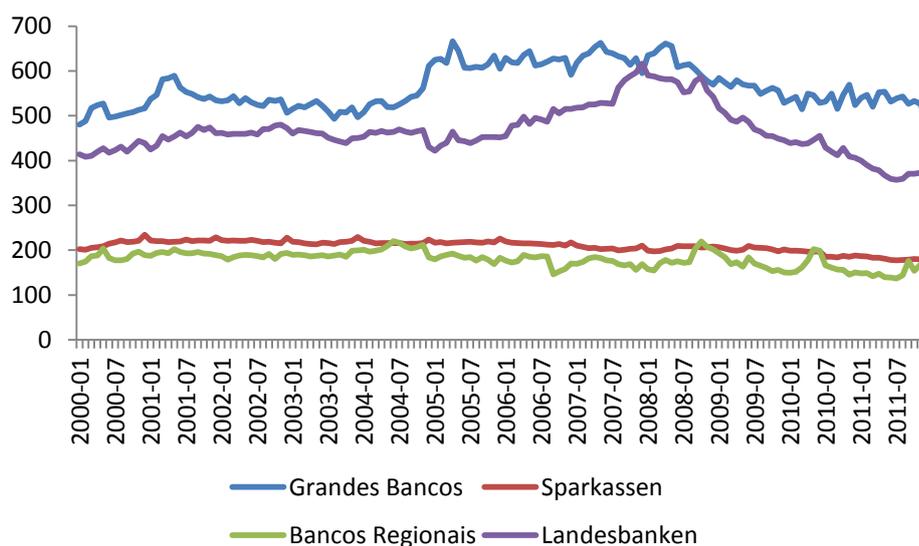
As caixas econômicas (Sparkassen) também são consideradas bancos universais, porém é importante observar que de acordo com o princípio regional, diferentes caixas têm suas atividades juridicamente limitadas às suas respectivas regiões. Há, porém, cooperação entre essas diferentes instituições, como na área de marketing, desenvolvimentos de serviços e trabalho com dados.

Rich e Walter (1993) também escreveram uma boa descrição sobre os bancos regionais. De acordo com esses atores, o próprio nome já especifica uma importante característica dessa categoria é a de exercer suas atividades em áreas específicas, onde, inclusive, alguns bancos são subsidiários de instituições estrangeiras.

É interessante observar que geralmente os bancos regionais têm como vantagem serem mais especializados do que os grandes bancos universais, já que eles são mais específicos às características de cada região. Um fator relevante se refere aos grandes bancos regionais, que também são classificados como bancos universais.

A terceira coluna se refere aos bancos cooperativos, dentre os quais se encaixa as sociedades de crédito, com o respectivo instituto central, as DZ Bank e WGZ Bank, além das caixas econômicas cooperativas (genossenschaftliche Bausparkassen). Uma das características próprias dessa estrutura se refere a propriedades dos bancos, que em razão de serem cooperativas, o associado é considerado também o proprietário. Outro fator particular se refere à representatividade do associado, que diferentemente das sociedades por ações, tem o voto que não é determinado pela quantidade de ações, já que o peso de é igual. Para Rich e Walter (1993), os bancos cooperativos têm como principal foco promover a poupança para um grupo de pessoas, que visam estruturar um negócio. O conceito básico, como de qualquer cooperativa é o de ser uma organização fundamentada na auto-ajuda, recebendo depósitos principalmente dos fundos das cooperativas locais.

GRÁFICO 1: Crédito Bancário de acordo com a categoria Bancária – 2000-2011



Fonte: Elaborado pelo Autor

No gráfico 1 pode-se observar a grande representatividade dos Grandes Bancos no quesito “crédito”. Como representantes destacados do “Hausbank”, os dados corroboram o princípio de que essas instituições tem papel ativo na economia germânica. Em relação as outras categorias, é possível notar que os “Landesbankes” representam uma quantia significativa do crédito bancário. As Caixas Econômicas (Sparkassen) que são reconhecidas como fundamentais para o Sistema Financeiro Alemão apresentam nesse quesito uma representatividade menor, porém não menos importante.

No que se refere à internacionalização é importante observar alguns dados úteis como indicadores de atratividade do mercado alemão. De acordo com “Das Deutsche Finanzsystem Effizienz steigern – Stabilität erhöhen” (2005), os bancos estrangeiros praticamente dobraram a participação nos últimos dez anos, atingindo no ano de 2006 um market share de 11,1 %. Mesmo com o forte crescimento nos últimos anos, os bancos estrangeiros têm relativa baixa participação no mercado alemão, principalmente ao se comparar com alguns países da União Européia, como Reino Unido, onde os bancos estrangeiros tem um Market Share de 50,3 %.

2.1.4.Hausbank

Com o objetivo de melhor compreender o Sistema Bancário Alemão é necessário um entendimento maior sobre a característica mais observada sobre as instituições nesse país, que é a existência de grandes bancos universais, conhecidos como Hausbank. Para muitos autores, como Crafts (1992), há várias razões para admirar o sistema bancário alemão, principalmente porque os Hausbanks agem como monitores do desempenho das empresas, tendo inclusive resultados muito superiores a casos como o modelo britânico. Existem por lado, fortes críticas em relação à alta influência dessas instituições nas empresas, já que essa característica é vista por muitos como prejudicial.

Historicamente muitos autores sinalizam inclusive, que a interação entre as empresas e os bancos universais foi um fator muito importante para a industrialização da Alemanha no século XIX. Elsas e Krahnert (2004) observam que autores como Hilferding (1909),

Schumpeter (1939) e Gerschenkron (1962), já tinham escrito sobre essa causalidade, inclusive relacionando a importância bancária para o crescimento econômico de um país, assunto estudado anos mais tarde por inúmeros autores.

Como já observado por Börner (1996), os grandes bancos alemães foram sempre ligados com a indústria alemã, tendo a sua existência e tamanho ligado a ela. Paralelamente, a indústria deve aos bancos a possibilidade de obter capital intensivamente. Os grandes bancos não agem somente na esfera do crédito, mas também financiam a indústria de maneira ativa, agindo na esfera da política industrial. Por isso, desde a fundação das grandes indústrias, o crédito foi uma variável chave no seu crescimento. Em consequência os Grandes Bancos tornavam-se donos de parte daquelas indústrias, fato presente até os dias atuais. Podemos destacar o caso do Deutsche Bank, que até hoje reflete essa característica.

Se tratando mais particularmente das características atuais desses bancos, Elsas e Krahnert (2004) destacam que os bancos universais alemães, diferentemente dos bancos em países como os EUA, têm a possibilidade de adquirirem ações das empresas, além de fazerem parte do alto comando delas e exercendo grande influência de votos. Essas características significam um grande poder em relação a essas empresas, sendo que os bancos acabam tomando importantes decisões no nível da firma, refletindo em uma dominação bancária.

Essa característica básica significa para muitos uma diferenciação desses bancos em relação a outros casos, já que além da função primária de acesso e provisão do crédito, há também a influência dos bancos alemães para aumentar o crescimento da empresa. Exemplos como o alto comando dos grandes bancos alemães em relação às empresas são evidentes, como o caso já comentado do Deutsche Bank e o seu respectivo homem forte. De fato o tamanho da importância em relação ao investimento é enorme, já que de acordo com o princípio do Hausbank, os grandes bancos agem como bancos comerciais e bancos de investimento ao mesmo tempo.

2.2. Sistema Bancário Americano

Como é notória a influência do sistema regulatório sobre os sistemas bancários nacionais é relevante realizar uma análise dessa característica no Sistema Bancário Americano, dado que devido a particularidades houve a ascensão de um ambiente fortemente atomizado. Para tanto é pertinente analisar as características mais relevantes da evolução histórica, além da descrição das principais características.

2.2.1 História do Sistema Bancário Americano e Características Principais

Com o intuito de compreender as características americanas é importante observar a regulação bancária nos EUA, principalmente através das transformações históricas. Nesse contexto, que o ponto de inflexão em direção a um mercado financeiro fortemente regulado, remonta a duas reformas no sistema, que serão tratadas durante a seção, que resultaram em uma gradual e grande mudança na estrutura bancária americana após a Crise de 29.

Como já citado anteriormente a busca por soluções nos EUA resultou em um sistema financeiro bastante original, levantando o interessante ponto, que desde 1930 houve uma extensa quantidade de legislações aprovadas nesse sentido. Uma característica singular é que a indústria bancária americana é a única dos países industrializados que não é dominada por alguns poucos grandes bancos. A justificativa para essa peculiaridade pode ser observada através da evolução histórica do setor nos EUA, além da influência de Alexander Hamilton, que foi um grande defensor de um ambiente competitivo.

Desde a fundação do First Bank of United States e mais tarde o Second Bank of United States, houve uma constante busca pela descentralização, apesar de que na época (1832) esse assunto foi muito controverso. Fazendo uma retrospectiva, a criação de um Banco

Central e um Banco de Supervisão. O National Bank Act foi aprovado em 1863 e posto em prática em 1864, quando são descritos os poderes, deveres e regulamentos relativos aos bancos nacionais. Em 1913 com o Federal Reserve Act, foi criado um Banco Central, que permitiu a provisão de uma oferta monetária de liquidez em casos de crises.

Já em 1934 o Fed foi autorizado a ajustar as suas necessidades de reservas independentemente dos legisladores. Contudo, em contraste com os outros países, a presença de um Banco Central que buscasse ser o “salva vidas” de bancos em crises, era visto como um incentivo para um comportamento que resultasse em uma oligopolização do setor bancário, fator que iria de contra com a mentalidade em pró da livre competição entre todos os setores. Por essa razão, o Federal Reserve System tem um grande número de checagens e balanço para desencorajar tendências de cartéis. A ênfase é baseada na descentralização, já que o Federal Reserve System consistem em doze Feds regionais e um conselho de governadores. Todavia, o sistema descrito é somente um dos vários reguladores de bancos nos EUA, já que para operar como um banco, uma empresa, por exemplo, tem que receber uma carta estadual ou federal (por isso é conhecido como sistema bancário dual). Sinteticamente é possível concluir que esses fatos levaram a uma configuração bancária, que resultou em uma complexa teia de supervisões.

Uma parte importante da história bancária americana e sua influência na estrutura atual foram destacadas por Friedman e Schwarz (1967), que afirmaram que o período do New Deal representou uma mudança muito profunda na estrutura financeira americana. É ressaltado que grande parte das mudanças foi influenciada pelo colapso do sistema durante a crise, que produziu uma grande demanda por legislações que regulassem melhor o sistema o que de fato aconteceu, com uma regulação mais próxima dos bancos e de outras instituições financeiras, além de mudanças no poder do Fed. Basicamente, três tipos de mudanças foram aplicadas após o pânico bancário de 1933, dentre elas as medidas emergenciais, que afetaram na prática a estrutura dos bancos comerciais, sendo que a medida com maior resultado se refere ao seguro dos depósitos.

No que tange as medidas emergenciais, houve inicialmente uma decisão por parte do Presidente Roosevelt de proclamar um curto feriado bancário e determinar esse período como de emergência, onde membros dos bancos eram proibidos a fazerem qualquer transação sem autorização do secretário do tesouro e esse sem aprovação do presidente. Posteriormente foram reaberta as operações sobre uma base restrita de bancos nacionais com ativos

prejudicados, sob algumas restrições. Depois dessas e de outras importantes medidas, foi aprovada a Glass-Steagall Act, que teve como principal ação separar os bancos comerciais e os bancos de investimento. Por fim, após esse curto período, foi autorizada a reabertura dos bancos.

Na prática, o “feriado bancário” teve uma forte influência na quantidade de bancos comerciais, que passou de cerca 17800 bancos antes do feriado para 12000 bancos que foram autorizados a reabrir. Vale observar que por outro lado, que o número de bancos não licenciados abertos era grande, os quais com o passar do tempo foram em parte licenciados. Um dado interessante é que os bancos que foram reabertos detinham uma proporção de depósitos menor do que as dos bancos que acabaram não voltando à ativa.

Em relação à estrutura bancária, as mudanças que a afetaram também foram importantes, segundo Friedman e Schwarz (1967). A alteração mais significativa no sistema bancário americano foi à instituição de um seguro nacional de depósitos bancários, que conduziu os EUA para a época de maior estabilidade monetária desde a Guerra Civil. Efetivamente o seguro dos depósitos foi implantado em 1934 e após seis meses, cerca de 97% dos bancos comerciais de depósitos já eram assegurados. O fato é que essa mudança em especial foi de grande valor para a estabilidade do sistema bancários em anos posteriores, até porque eliminou o problema da corrida bancária, onde os clientes em casos de possíveis crises buscavam seu dinheiro para eliminar o perigo de perdê-lo.

Paralelamente houve também outras importantes mudanças na estrutura bancária, como as condições para funcionamento dos bancos. Um exemplo importante é que as afiliadas de investimentos dos bancos comerciais foram proibidas e as interações entre bancos comerciais e companhias de investimento se tornaram restritas. Um dos resultados mais claros dessa última medida foi um aumento na concorrência interbancária, que é reconhecidamente um objetivo claro para os reguladores americanos.

Retornando a caracterização histórica que influenciou a estrutura atual dos bancos americanos, Heffernan (2005) observa que a separação entre os bancos comerciais e os bancos de investimento como já citado por Friedman e Schwarz (1967), foi também um acontecimento importante para a configuração do atual sistema bancário. O Grass Steagall Act separou os dois tipos de bancos a partir de 1933 até ser revogada em 1999. Esse ato foi considerado fortemente responsável pela estrutura única dos bancos nos EUA durante todo o

século XX. Os bancos comerciais passaram a ter as suas funções reduzidas. Em relação aos títulos elas se limitavam a subscrição e negociação da dívida municipal, já os bancos de investimentos podiam se envolver amplamente nessas funções, porém não podem tomar depósitos. Na época de sua implantação, durante a grande depressão, a separação buscou prevenir outras crises financeiras em razão do grande número de falências (acima de 10000) entre 1929 e 1933.

Posteriormente outra medida de destaque foi o GLB Act. Esse permitiu que determinadas empresas se convertessem em sociedades de participação financeira. A mudança de status permitiu essas empresas a se envolverem em uma ampla gama de atividades financeiras listada na GLB Act, mas devem buscar permissão do Fed para serviços não claramente enumerados. No entanto, ao contrário dos bancos universais alemães, as sociedades de participação financeira se enquadram em uma categoria universal restrita por diversas razões. Já que são filiais elas devem capitalizar separadamente, que é mais caro do que cada uma ser uma única entidade jurídica. Até 2003, 636 bancos se converteram de holdings bancários para sociedades de participação financeira. Entre esses bancos, 39 eram estrangeiros, incluindo os seis grandes bancos canadenses, os quatro do Reino Unido, além dos bancos alemães Deutsche Bank e Dresdner Bank. Os maiores holdigs bancários americanos se converteram, como o Citigroup, JP Morgan Chase e o Bank of America.

Outro ponto peculiar aos EUA se refere a uma longa história de limitar a extensão por onde os bancos poderiam criar sucursais, diferentemente da maioria dos outros sistemas bancários do mundo industrializado. Heffernan (2008) revê todas as legislações relevantes que houve nesse sentido. Desde 1933 a regulação sobre ramificações bancárias tem um caráter individual de cada estado, portanto, resultando em diferentes níveis de restrições. A maioria dos estados proibia os bancos estatais de coletarem depósitos de varejo, os excluindo efetivamente da criação de sucursais.

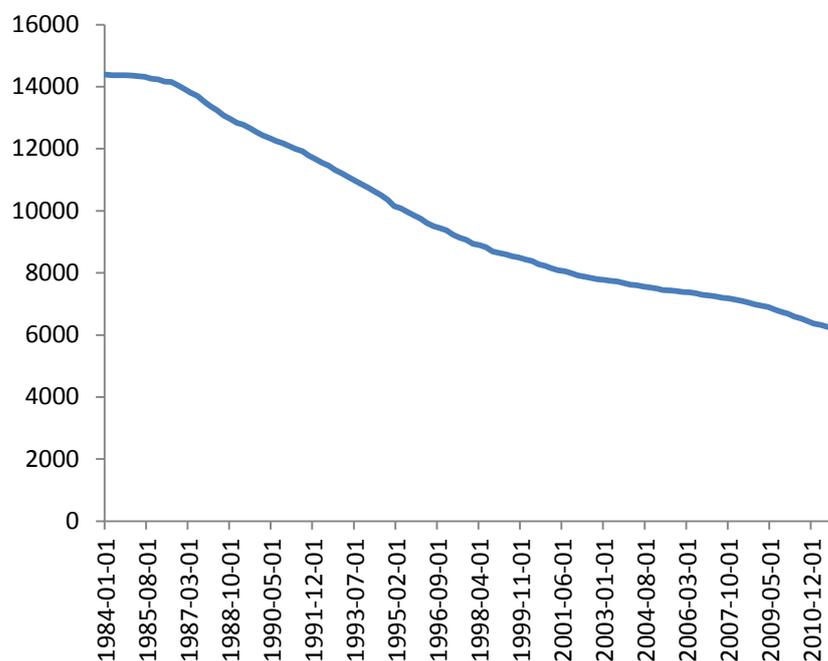
Outro ponto característico se refere às participações bancária em poder estabelecer subsidiárias em outros estados, já que se por um lado essa atividade é permitida por outro cada novo banco em outro estado deve ser considerado como uma unidade jurídica única, que deve ser capitalizada separadamente. Essa característica é oposta à maioria dos países ocidentais, como Reino Unido ou Alemanha, onde clientes com uma conta em uma filial de um banco podem fazer negócios em outros ramos em todo o país. Por exemplo, um cliente

com uma conta em uma agência do Deutsche Bank em Munique pode negociar nas agências de Berlim ou Frankfurt.

Um fato que devemos citar é que os estados têm diferentes níveis de restrições, o que faz com que a Califórnia tenha leis mais brandas, até em razão de sua história mais liberal, ao contrário do outro extremo Illinois, que tem restrições mais fortes. É importante observar que o fracasso de vários bancos durante os anos 1980 colocou pressão para que os estados mudassem as suas legislações para que essas ficassem mais brandas e permitissem a entrada de bancos de fora dos estados através, por exemplo, de fusões. Outro ato importante na história bancária americana foi o International Banking Act de 1978, que eliminou algumas diferenças entre bancos domésticos e estrangeiros, permitindo maior entrada desses no mercado bancário americano.

No artigo de Frederic Mishkin (1995), há uma descrição de um fenômeno que tem grande importância e complementaridade com a descrição do sistema bancário americano e com a comparação com o sistema da Alemanha. Mishkin observa em seu artigo “The Decline of Traditional Banking” que nos últimos anos os bancos tradicionais dos EUA entraram em declínio, principalmente quando discutimos sobre os bancos comerciais que tiveram de acordo com o autor um declínio dramático. Em 1974, por exemplo, os bancos proviam 35% dos fundos, número que hoje fica em volta de 22%. Instituições bancárias especializadas tiveram entre os anos 70 e 90 um declínio de 20% de market share para 10%. Outra forma de observar esse declínio é através do ponto de vista dos bancos, levantando o share dos ativos dos intermediários financeiros, que era de 40% entre os anos 60 e 80, mas caiu para 30% em 1994.

GRÁFICO 2: Número de Bancos Comerciais nos EUA



Fonte: Elaborado pelo Autor

Dado que é de conhecimento geral que o grande número de bancos é uma característica marcante dos EUA, é também pertinente observar uma recente queda nessa variável. Se por um lado nos anos 2000 foi constatada a presença de aproximadamente 7770 bancos comerciais, se esse número que é por um lado expressivo é, contudo menor do que os aproximadamente 14500 bancos comerciais em 1984. Os números mostram que diferentemente das outras economias ocidentais, o sistema bancário americano não é tão altamente concentrado, no caso dos bancos comerciais, segundo dados de Hefferman (2008) eles detêm aproximadamente 80 % dos ativos bancários, sendo que 50% dos ativos são controlados por 107 bancos comerciais e quando aumentamos para 80% os números respectivos dos bancos comerciais sobem para 373. Em contraste no Reino Unido, os 5 maiores bancos controlam individualmente 80% dos ativos bancários daquele país.

2.2.2. Bancos Públicos nos EUA

Ao se tratar da importância do sistema bancário para o crescimento econômico de um país, é importante observar que há certas situações onde a demanda por crédito ou serviços bancários não são supridas pelas agências privadas. O fato é que em diversos casos o risco é muito alto para a maioria dos bancos, ou em razão da lucratividade baixa ou por outras questões, como o prazo do investimento. Nesses casos há a defesa da importância dos bancos públicos para agir nesse nicho, além de prover recursos de longo prazo. Na prática é possível observar que vários países têm suas singularidades, muito em razão da regulação e outras variáveis. Como já se destacou, o sistema bancário alemão reflete uma grande importância dos bancos públicos, mas no caso americano há também uma relativa importância, todavia de menor representatividade.

Segundo Cintra (2009) como em diversos pontos do sistema bancário americano durante a Grande Depressão, houve uma mudança em relação à forma de intervenção do estado no mercado de crédito, principalmente visando garantir a oferta de crédito a setores estratégicos para buscar a recuperação da economia. Na prática, algumas características se modificaram através dos anos, ao ponto que alguns segmentos do mercado passaram a funcionar através de garantias, substituindo o crédito direto. As agências são classificadas como públicas e as agências patrocinadas pelo governo (GSE), que funcionam emitindo ações e se tornando empresas privadas, porém mantendo suas funções públicas. É interessante notar que essas agências mantêm uma relativa importância até os dias atuais, havendo uma quantidade representativa de ativos financeiros, que no ano de 2007 representava 12% do estoque da economia americana.

Algumas agências tem singular representatividade nos EUA, dentre as quais instituições com crédito direcionado. O Federal Financing Bank (FFB) foi criado para exercer uma atividade de intermediário financeiro do Tesouro Nacional, sendo que há a autorização para essa instituição trabalhar também com agentes privados, desde que haja uma garantia dos contratos por parte do governo. A importância mais clara é que há uma diminuição do custo de captação de recursos para as agências em razão da intermediação do FFB. É interessante

observar ao mesmo tempo em que esse banco não corre riscos com operações de crédito, já que as operações são garantidas pelo governo.

Outra instituição pública de grande importância no cenário americano é a Eximbank, que foi instituída em 1934, com a função de promover as exportações dos EUA. Entre suas atividades principais, está o fornecimento de seguros e garantia dos empréstimos privados às exportações e a concessão de crédito direto a taxas de juros inferiores às do mercado. Os principais setores de atuação desse banco são o setor de transporte, negócios com gás, petróleo e energia. É positivo ressaltar que as atividades do Eximbank não concorrem com o setor privado, agindo somente em casos onde os riscos seriam altos demais para serem assumidos pelas instituições privadas.

Segundo Cintra (2009) entre outras instituições de destaque, está a Small Business Administration (SBA), que foi fundada em 1954 para suprir a demanda por financiamento de longo prazo das empresas, que pelo seu tamanho reduzido não tinham acesso ao mercado bancário tradicional. Inicialmente as ações dessa instituição eram diretamente na concessão de recursos, agindo assim de forma direta. Posteriormente essa entidade passou a agir mais na forma de conceder garantias aos empréstimos. Uma função análoga do SBA é o de participar de programas sociais de equiparação de oportunidades, além de auxiliar qualquer cidadão em casos de catástrofes naturais.

A Farm Credit System (FCS), que foi criada para financiar as atividades agrícolas. Esse banco é hoje uma instituição privada com ações negociadas na Bolsa de Valores, mas mantém ainda suas atividades de caráter público. Essa instituição age em atividades relacionadas com a aquisição de imóveis rurais e recursos para produção. Outras instituições com grande importância para o desenvolvimento rural são as USDA Rural Development, com importantes programas de suprir problemas básicos do ambiente agrário, tais como quebras de colheitas. Paralelamente a Federal Agricultural Mortgage Corporation (Farmer Mac) também tem uma papel relevante nesse mesmo nicho.

2.3. Sistema Bancário Alemão x Sistema Bancário Americano

É relevante, pelo menos de maneira superficial observar as características dos Sistemas Bancário Alemão e Americano, podendo assim determinar algumas semelhanças e diferenças. Assim como foi tratado no artigo de Allen e Gale (1994), se buscou comparar os sistemas bancários que são enfoques do estudo. As diferenças entre os dois casos como já foi discutido individualmente por diversos autores (caracterização de cada sistema) foi objeto de estudo de Biswas e Löchel (2005) na revista da Hochschule für Bankwirtschaft de Frankfurt.

Como já foi visto anteriormente, o termo “banco” na Alemanha se refere tipicamente a instituições financeiras que têm a participação permitida em uma ampla gama de atividades, incluindo Bancos de Investimento e Bancos Comerciais. Isso é totalmente diferente do que é considerado um banco típico nos EUA, que se refere a bancos comerciais como um conceito oposto de bancos de investimento, o que é principalmente ligado, como já foi visto, ao Grass-Steagall Act, que separou as atividades desses dois tipos de bancos. O artigo salienta que ao contrário dos EUA, na Alemanha, o setor público através das Caixas Econômicas e Bancos Regionais têm cerca de 40% do negócio bancário, além já relatada participação dos bancos nas indústrias.

Em 2002 os grandes bancos passaram a discutir sobre a possibilidade da venda das suas participações nas grandes empresas, havendo inclusive a mudança do tipo de financiamento, deixando de ser tão amparada nos bancos e passando a ter maior participação nos mercados financeiros, nos moldes do sistema americano. Cabe salientar que essa situação não mudou, os bancos continuam com importante participação e influência, fato que ainda gera muita discussão.

Relativamente à estrutura bancária alemã e americana, observamos que a primeira não tem uma indústria bancária tão diversificada. Como já havíamos visto, há nos EUA um grande número de pequenos bancos, muitas vezes regionais, e por outro lado uma gama de grandes bancos localizados em grandes cidades, destacadamente New York e Chicago. Devemos salientar que o característico sistema bancário americano muito atomizado, vem por outro lado em constante concentração.

Como já observado no Gráfico 2, entre 1990 a 1999 os americanos viram o número de bancos comerciais decaírem de 15304 até 10070 e o Market Share dos cinco maiores bancos subir de 11,3% em 1990 à 26,56% em 1999. Por outro lado a indústria bancária alemã é composta por aproximadamente 3167 bancos, sendo que 20% desses são as caixas econômicas e os bancos comerciais, 9% são bancos privados, 5% bancos especiais e 66% bancos cooperativos, observando que ao contrário dos EUA, há apenas cinco grandes bancos na Alemanha. Outra curiosidade é que a parcela dos ativos bancários no setor financeiro total é apenas 23% nos EUA comparado com uma parcela significativa de 77% na Alemanha, confirmando mais uma vez a característica do financiamento bancário, diferente do financiamento de mercado americano.

Com o objetivo de comparação, podemos concluir que as diferenças básicas no que se refere ao sistema bancário da Alemanha e dos EUA se concentre inicialmente em uma maior concentração germânica e por outro lado uma maior atomização americana. No que se refere aos bancos universais, observamos que há a presença desses na Alemanha, diferentemente dos EUA. Também é importante salientar que a relação entre os bancos e as firmas é extensiva na Alemanha, mas é limitada nos EUA, já a relação entre o sistema bancário e o mercado de ações, que é limitado no mercado alemão e extensivo no americano.

Também podemos comparar a repartição de riscos que há nos diferentes sistemas, com o intuito de traçarmos brevemente essa característica. Por um lado os EUA com o sistema financeiro muito avançado, por exemplo, com mercado futuro e mercado de ações, dispõe a população de maiores opções para repartir os riscos, havendo inúmeras oportunidades para tal. Por outro lado, na Alemanha as opções são muito menores, já que relativamente menos oportunidades no mercado acionário, a atividade se concentra nos bancos. Já se nós buscarmos analisar a divisão de riscos no longo prazo, a situação muda totalmente, já que um sistema bancário nos moldes germânicos oferece muito mais segurança para essa atividade do que o sistema americano, fato que podemos comprovar com a crise do petróleo na década de 70, quando a configuração favoreceu comparativamente a Alemanha.

A comparação pode se direcionar para o lado mais empírico, mais especificamente observando o lado das firmas. O sistema bancário alemão, como já foi dito é mais eficiente no longo prazo, mas também é importante salientar que no que se tange a produção, esse sistema em razão de sua dinâmica é mais eficiente em relação aos bens tradicionais. Com isso podemos ver que na Alemanha os produtos com maior sucesso são nos setores automotivos,

com grandes exemplos como a BMW, Volkswagen, Porsche entre outras empresas, além de forte indústria química e de máquinas. Tudo isso é explicado pela dinâmica do sistema bancário alemão, que é muito eficiente nessa área.

Por outro lado um sistema nos moldes americanos, com atomização da indústria bancária e com um mercado acionário mais forte, tem como qualidade destacada uma dinâmica maior em mercados de novas tecnologias, fator explicado pela característica de alocação de recursos, além de como já dito, forte investimento no curto prazo. Claro que um fator não anula outro fator, até porque os EUA se destacam também no setor de bens tradicionais (porém em declínio, como o setor automotivo de Detroit), como a Alemanha também lidera algumas das novas tecnologias.

3. Sistema Bancário Brasileiro

Tomando como base o princípio, de que os sistemas bancários nacionais são fortemente influenciados pelo sistema regulatório é interessante analisar, ainda que brevemente, as características principais do caso brasileiro. Simultaneamente é interessante considerar o papel dos intermediários financeiros, tais como os bancos, para o todo o processo de desenvolvimento econômico, acima de tudo pela ação no processo de distribuição de recursos no mercado. Para tanto é relevante estudar determinadas características do sistema bancário brasileiro, além dos pontos mais destacados da evolução histórica, a fim de compreender o sistema como um todo.

3.1. Evolução Histórica e Características do Sistema Bancário Brasileiro

Ao se tratar de evolução do sistema financeiro brasileiro, é possível delinear uma tendência a partir do período colonial, observando inclusive mudanças destacadas que ocorreram desde então. Segundo Camargo (2009) até a criação do primeiro banco no Brasil havia uma grande escassez de capital estrangeiro e de moeda. Com a chegada da família real portuguesa, foi possibilitada a criação do primeiro banco nacional, o Banco do Brasil.

Com o passar dos anos, iniciou-se a fundação dos primeiros bancos privados, além da terceira tentativa da criação do Banco do Brasil, agora com controle privado. Essa mesma instituição resultou, após a fusão em 1853 com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, no quarto Banco do Brasil. Porém é reconhecido que durante esse período o sistema bancário brasileiro ainda não estava totalmente constituído, não havendo uma rede de agências bancárias integradas, além de haver uma grande predominância de instituições estrangeiras.

Podemos considerar que a partir da década de 1920 até 1964 houve uma segunda fase da evolução do sistema bancário nacional, quando se iniciou um forte processo de nacionalização e fortalecimento do sistema. Camargo (2009) argumenta que esse processo foi importante para estabelecer mecanismos mais desenvolvidos de financiamento interno, incentivando a diminuição de empréstimos externos. Nesse mesmo período foram criadas as Caixas Econômicas Federais, que de acordo com diversos autores, teve grande importância para a captação de depósitos. Simultaneamente esse período caracterizou-se por uma forte nacionalização das instituições bancárias no Brasil, principalmente em razão das constituições de 1934 e 1937 proibirem a posse de Bancos para não residentes. O resultado foi que mesmo após 1946, quando foi permitido novamente o acesso de bancos estrangeiros, houve uma baixa participação desses até a década de 1960.

É importante destacar, a criação da SUMOC em 1945, que tinha funções que mais tarde seriam dadas ao Banco Central, e a criação em 1952 do BNDE, que tinha como foco possibilitar o crédito no longo prazo, para fomentar, por esse meio, o crescimento econômico do país.

A partir de 1964, com a reforma bancária, o sistema bancário brasileiro, como podemos ver brevemente ao analisar sua evolução, sofreu uma série de mudanças, que segundo Barbosa (2011) teve importante impacto no sistema bancário. Destaca-se, nesse sentido, a reforma bancária de 1964. Nesse contexto, a criação do primeiro Banco Central brasileiro propriamente dito, foi o principal marco.

É interessante observar que até 1945 um banco comercial (Banco do Brasil) funcionou como um Banco Central e a partir de 1945 até 1964 houve a formação da SUMOC, que dirigida por um conselho presidido pelo ministro da fazenda seria o embrião para o futuro Banco Central. Essa instituição era responsabilizada pela formulação das políticas monetárias, que por sua vez eram executadas por outras instituições, como o Banco do Brasil, via as carteiras de redesconto entre outros meios.

De fato o banco central, a partir de então passou a executar funções como da política cambial, além de outras atividades típicas como de agir como um banco de fomento, mas, acima de tudo, após a reforma bancária passou a competir ao Banco Central a função de conceder autorizações para o funcionamento de instituições financeiras, além de passar a exercer fiscalização do sistema financeiro como um todo. Barbosa (2011) destaca também que

um dos objetivos centrais da criação do Banco Central foi conceder uma autonomia às autoridades monetárias em relação ao Governo Federal.

Além da criação do banco central, a reforma bancária também introduziu uma série de outras mudanças, que foram vitais para o desenvolvimento do sistema bancário brasileiro. De fato houve, nesse período, segundo Camargo (2009), uma grande expansão nesse setor, que caracterizou também uma grande abertura financeira e facilidades de captações estrangeiras.

Houve uma reforma habitacional, que criou o sistema financeiro de habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação (BNH) além do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nesse contexto a reforma financeira teve importância ímpar por diversas formas, principalmente por agir como um captador de recursos, uma característica vital para o crescimento econômico, que não era suficientemente desenvolvida até 1964.

O papel de desenvolver um sistema bancário é destacado por Pagano (1993), que defende que os bancos têm capacidade, por exemplo, de transformar poupança em investimento, ou seja, ajuda na absorção de recursos do agregado familiar para, em seguida, transformá-lo em investimento. Camargo (2009) observa também, que um dos objetivos da reforma era promover uma especialização setorial do sistema financeiro, algo similar ao ocorrido nos EUA, para atingir inclusive o mesmo resultado, de uma menor concentração do setor. Em relação a essa política, houve, porém um resultado adverso, já que a concentração bancária se tornou maior.

Ainda segundo Camargo (2009), com a política de segmentação os bancos comerciais passaram a operar com crédito no curto prazo, principalmente através da captação de depósitos a vista. Por outro lado o crédito no longo prazo era de responsabilidade dos bancos de investimento e de desenvolvimento. Também em relação a essas instituições, Barbosa (2011) destaca que as principais instituições financeiras eram os bancos comerciais, os bancos de investimento, as sociedades de crédito, financiamento e investimento e as sociedades de crédito imobiliário.

No caso dos bancos de investimentos, eles tinham autorização de originalmente receber depósitos a prazo não inferiores a um ano, com cláusula de correção monetária e podiam conceder empréstimos com prazo superior a um ano. As sociedades de créditos, financiamento e investimento tinham como enfoque fornecer crédito ao consumidor, captando

inicialmente crédito através de letras de câmbio, já as sociedades de crédito imobiliário tinham evidentemente enfoque no setor imobiliário.

Barbosa (2011) salienta também outra inovação financeira da época, mais especificamente no início da década de 70, quando foram introduzidas as Letras do Tesouro Nacional (LTN), que é um título de curto prazo do Tesouro Nacional, mas que não tinha o objetivo de financiá-lo, mas sim de ser um instrumento da política monetária.

Observa-se que nos anos 70 e 80 o desenvolvimento normal do mercado financeiro resultou no aparecimento de inúmeros conglomerados financeiros, controlando várias empresas, além de se especializar em segmentos do mercado financeiro. Com o passar dos anos o mercado financeiro deixou de ser tão segmentado e passou a ser mais integrado. Uma reforma importante, nesse contexto, ocorreu em 1988 com a implantação de bancos múltiplos, permitindo que bancos comerciais, de investimento ou desenvolvimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, além das sociedades de crédito imobiliário se organizassem em uma única instituição, por isso denominado banco múltiplo. Vale salientar que nas carteiras desses bancos, pelo menos uma deveria ser ou a de um banco comercial ou de um banco de investimento. Outra característica típica do sistema bancário do Brasil é a presença de vários bancos estaduais e federais, sendo que defendia-se a existência desses em razão das externalidades positivas que eles poderiam gerar para a economia.

Quanto à concentração do sistema bancário brasileiros, notamos que de 1964 aos primeiros anos da década de 70 houve uma grande redução no número de bancos no país. No que tange os bancos comerciais em 1964 havia 336 deles, já dez anos mais tarde havia somente 109. Após a reforma bancária de 1988, houve novamente um grande crescimento do número de bancos no Brasil, que em 1995 era de 256 bancos, mais do que o dobro da época de implantação da reforma.

Camargo (2009) observa que em 1990, na época do Consenso de Washington, se consolidou princípios, como abertura comercial e financeira, em um ambiente que defendia uma menor participação do estado na economia. Paralelamente houve uma grande entrada de bancos estrangeiros no Brasil. Barbosa (2011) observa que é provável uma redução do número de bancos num futuro próximo, já que em um ambiente menos inflacionário eles teriam mais dificuldade de sobreviver, fato corroborado pela tabela de evolução do sistema financeiro nacional do banco central do Brasil, que nos mostra exatamente esse fenômeno.

Segundo Camargo (2009) houve de fato ao final da década de 90 um decréscimo do número de bancos públicos estaduais e dos bancos privados nacionais, em oposição ao crescimento na quantidade de bancos sob controle estrangeiro.

Em um estudo mais atualizado, a Febraban publicou em 2011 uma análise da estrutura bancária brasileira. O número de bancos em atividade permanente foi aproximadamente o mesmo nos últimos dois anos, havendo no período somente a compra do Nossa Caixa pelo Banco do Brasil. Em relação à concentração, a composição brasileira tanto dos bancos nacionais e estrangeiros, permaneceu praticamente inalterada desde 2002, salvo o movimento de concentração de bancos públicos.

3.2. Estrutura do Sistema Bancário Brasileiro

Para se compreender o sistema bancário brasileiro é útil observar como se estrutura o sistema financeiro nacional. Segundo Neto (1999), a estruturação foi regulada pela Lei de Reforma Bancária (1964), Lei do Mercado de Capitais (1965) e recentemente pela Lei de Criação dos Bancos Múltiplos (1988), constituído por todas as instituições financeiras do Brasil, tanto públicas como privadas. A classificação do sistema financeiro nacional se dá através de algumas subdivisões, sendo que a primeira se refere ao subsistema de intermediação. Esse é classificado entre instituições financeiras bancárias ou monetárias e não bancárias e não monetárias. Faz parte também de subsistema o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, instituições auxiliares e instituições não financeiras. A segunda grande subdivisão se refere ao subsistema normativo, que é responsável pelo funcionamento do mercado financeiro e de suas instituições. A essa fazem parte o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil (Bacen), a Comissão de Valores Mobiliários e instituições especiais, no caso o Banco do Brasil, o BNDES e a CEF.

Em relação à estrutura bancária brasileira é importante observar que ela tem peculiaridades próprias. Ao se tratar das instituições financeiras, como já mencionado, podemos as classificar de acordo com suas funções, sendo que as atividades de cada uma

delas são detalhadas por Fortuna (2008), respectivamente das instituições financeiras monetárias e não-monetárias, instituições auxiliares e demais instituições.

Segundo Fortuna (2008) as instituições financeiras monetárias são as que recebem depósitos a vista e, portanto tem o poder de multiplicar a moeda. Dentre essas instituições podemos citar inicialmente os bancos comerciais, que tem como objetivo suprir no curto e no médio prazo a indústria, empresas prestadoras de serviços e as pessoas físicas. Os bancos comerciais podem descontar títulos, realizar operações de abertura de crédito, operações especiais, que incluem crédito rural, de câmbio e comércio internacional, captar depósitos à vista, além de obter recursos externos para repasse e prestar serviços. É importante dizer que os bancos comerciais são intermediários financeiros que atraem recursos das pessoas que os tem e repassa para quem demanda recurso, como empresas, criando então um efeito multiplicador da moeda. Para tanto fica evidente que a captação de recursos é a atividade principal dos bancos comerciais, atividade que é exercida através de CDBs e RDBs, cobrança de títulos e arrecadação de tributos e tarifas públicas.

Outras instituições importantes que são classificadas como instituições financeiras monetárias são, por exemplo, as caixas econômicas. As caixas econômicas, no mesmo molde das instituições similares em outros países como as Sparkassen na Alemanha, visam captar depósitos a vista, porém as operações e serviços são dirigidos basicamente as pessoas físicas. As atividades são observáveis em operações de crédito direto ao consumidor, financiando, por exemplo, bens duráveis, além de estarem ligados ao Sistema Financeiro de Habitação.

A captação de depósitos se dá principalmente através da caderneta de poupança. Mais recentemente foi autorizada também a constituição de bancos cooperativos, que basicamente são a instituição autorizada às cooperativas de crédito a abrirem de forma a agir como qualquer outro banco comercial. Com isso é possível trabalhar com talões de cheque, além de cartões de crédito. A grande vantagem desse sistema é que os recursos permanecem onde eles são gerados, ou seja, se o banco cooperativo é fundado em uma determinada área rural, ele irá poder aplicar o dinheiro para o desenvolvimento de novas culturas. É importante salientar que os bancos cooperativos já existem em vários países a muitos anos, como na Alemanha, onde essa categoria está presente a mais de um século. Como já estudado, essa instituição exerceu grande influência no desenvolvimento econômico de diversas regiões na Alemanha, além de que o seu maior representante, o DG bank está, segundo Fortuna (2008), entre os 20 maiores bancos do mundo. Como já observado, as cooperativas de crédito também agem nesse mesmo

nicho, sendo importante na captação de recursos, concessão de crédito e prestação de serviços a associados e inclusive a não associados.

Ao se tratar da segunda categoria, das instituições financeiras não monetárias, ou seja, as que captam recursos através de títulos, Fortuna (2008) destaca alguns bancos. O primeiro exemplo são os bancos de desenvolvimento, que visa investimento no médio e longo prazo, destacando-se o BNDES, além de algumas instituições estaduais. Já os bancos de investimentos, que também visam captar recursos para projetos de médio ou longo prazo, sendo que captam recursos através de CDBs e RDBs. As características principais desses bancos é que a prioridade na aplicação dos recursos está no fortalecimento do capital social das empresas, ampliarem a capacidade produtiva da economia e principalmente alocar os recursos para os melhores empreendimentos. Com isso há um grande incentivo à melhoria da produtividade, uma organização mais eficiente, além da busca pela maximização do lucro.

Entre os resultados esperados está o desenvolvimento tecnológico, o que de fato pode ocorrer através das ações de empresas mais eficientes. Outras instituições que se encaixam nessa categoria são as financeiras, que tem como função central financiar bens de consumo duráveis, através do crédito ao consumidor, as sociedades de crédito ao microempreendedor, para prover o financiamento, mas de acordo com Fortuna (2008) sem assistencialismo. Também nessa categoria se encaixa os bancos de câmbio, que foram fundados com o objetivo de trabalhar com operações de câmbio, as companhias hipotecárias, as sociedades de crédito imobiliário e as associações de poupança e empréstimo.

Em relação ao subsistema normativo podemos também subclassificar entre autoridades monetárias e autoridades de apoio. Podemos citar o Conselho Monetário Nacional (CMN) como uma importante autoridade monetária, além de ser um órgão normativo. Sua função é basicamente de fixar as diretrizes das políticas monetárias, creditícia e cambial do país, o que acaba tornando essa instituição de certo modo num conselho de política econômica. Exemplos de órgãos influenciados pelo CMN são entre outros o BNDES.

Segundo Neto (1999) entre as principais atribuições do CMN está à fixação de diretrizes e normas das políticas cambiais, regulamentar em caso de necessidade as taxas de juros, regulamentarem o funcionamento das instituições financeiras, entre outras importantes atividades de regulação. Outra entidade com grande importância e que está classificada na mesma categoria é o Banco Central do Brasil (BACEN), criada para ser o principal poder

executivo das políticas monetárias. Resumidamente é através do BACEN, que o Estado intervém no sistema financeiro e por meio deste na economia em si. Já ao se tratar das autoridades de apoio, há a ação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que basicamente age na regulação e fiscalização do mercado de capitais, tomando medidas que podem, por exemplo, canalizar as poupanças para o mercado de ações.

Ao se tratar das instituições especiais, é possível iniciar descrevendo as funções do Banco do Brasil. Essa instituição teve por muito tempo uma função que a aproximava de uma autoridade monetária até a supressão. Segundo Neto (1999) entre suas principais funções está a de ser o agente financeiro do governo federal, executando políticas creditícias e financeiras, podendo inclusive executar as políticas de comércio exterior do governo, além de ser o agente pagador e recebedor. Posteriormente Neto (1999) e Fortuna (2008) citam o BNDES, que constitui, basicamente em ser um instrumento de política de financiamento do governo no médio e longo prazo. Dependendo do caso o BNDES age de forma direta, mas de modo geral a ação é dada através de outros agentes financeiros, como bancos comerciais e de investimentos. Ao se tratar do objetivo principal dessas instituições, pode-se afirmar que a fomentação, por várias linhas de crédito, para setores industriais e sociais, principalmente em relação às empresas consideradas como fundamentais para o desenvolvimento do país.

A terceira instituição especial é a Caixa Econômica Federal (CEF), que são segundo Neto (1999) instituições financeiras públicas, de ação autônoma e claro objetivo social. Relacionado à suas atividades, CEF funciona nos moldes de um banco comercial, recebendo depósitos, trabalhando com cadernetas de poupança, concedendo empréstimos de acordo com as diretrizes das políticas governamentais. Outra função tradicional dessa instituição é a concessão de crédito aos consumidores de bens de consumo duráveis, tais como automóveis, que através dessa arte de financiamento age no crédito direto ao consumidor. Entre outras características marcantes da CEF, está o fato dela ser de acordo com sua função social o principal agente do Sistema Financeiro de Habitação, atuando no financiamento de moradias, principalmente para a classe de baixa renda.

3.3. Bancos Públicos e Desenvolvimento Econômico

Partindo do princípio que um sistema financeiro desenvolvido é um fator de suma importância para o desenvolvimento e crescimento econômico, principalmente pela alocação de recursos em determinadas áreas onde há demanda para tal, é possível concluir que os agentes desse sistema, como os bancos, são um instrumento que poderá determinar o sucesso dessas variáveis. Nesse contexto é possível discutir o papel de instituições públicas na área bancária, seguindo exemplos como o caso alemão, onde os bancos públicos são parte fundamental de todo o sistema, tendo papel de destaque na alocação de crédito para regiões menos desenvolvidas. Paralelamente em outros casos, como o norte americano, já foi observado que agências públicas e as agências patrocinadas pelo governo (GSE) exercem também uma função nesse mesmo sentido.

No caso nacional, autores como Jayme Jr. e Crocco (2010) observam que os bancos públicos exerceram no Brasil desde 1990 uma função fundamental na oferta de crédito, principalmente no que se refere a áreas onde os bancos privados não têm incentivos a agir, como em alguns casos referentes ao desenvolvimento regional. Os autores destacam que bancos, como o BNB, Basa, BNDES e CEF agiram realmente no fornecimento de crédito a pequenos produtores e empresário em um nível regional, além de projetos de infraestrutura e desenvolvimento nessa mesma área. Porém é interessante observar nesse contexto, que há diversas dúvidas em relação aos bancos públicos, inclusive no que tange a eficiência, já que parte da literatura defende a menor eficiência dessas instituições, argumento que é aberto também à discussão sobre eficiência no plano micro e macroeconômico.

Em relação ao papel dos bancos públicos para o desenvolvimento econômico alguns dos argumentos mais utilizados são os que se referem principalmente de acordo com Carvalho e Tepassê (2010) é o da capacidade dessas instituições de ampliar a oferta de crédito, além de possibilitar sua oferta para agentes ou regiões que não seriam contemplados por instituições privadas. Os autores destacam ainda a maior capacidade de atendimento às demandas financeiras, além do papel anticíclico segundo alguns autores. Porém há os contras, como a já citada menor eficiência dessas instituições em comparação com as instituições privadas, além

do comprometimento do caráter públicos dessas instituições, que teriam que concorrer contra bancos privados pela captação de recursos.

Ao se tratar novamente de argumentos favoráveis, é entendido por muitas pessoas, que os bancos públicos são necessários para o desenvolvimento econômico e social, além de melhorar a condução das políticas econômicas de modo geral. Nesse contexto um dos pontos levantados é a questão da capilaridade de um sistema financeiro com instituições públicas, já que elas teriam um alcance maior do que as instituições privadas.

Porém é importante destacar que na teoria econômica é de consenso para muitos autores que as instituições privadas são muito mais eficientes na alocação de recursos, especialmente em razão de exercer as funções básicas de um banco com maior precisão. No caso, é possível citar que essas instituições têm em especial maior eficiência na administração de riscos, além de buscar de modo geral o maior lucro, o que inviabiliza alguns nichos que os bancos públicos acabam agindo. Para tanto é presente na literatura como um indicador de desenvolvimento econômico a quantidade de crédito privado em relação ao crédito total, já que quanto maior fosse esse dado maior seria a eficiência. Em King e Levine (1993) é destacada exatamente essa característica como positiva.

Ao se tratar do assunto sobre a eficiência bancária, que é visto por muitos como uma das grandes desvantagens dos bancos públicos, há diversos estudos que buscam demonstrar o contrário. Há inclusive a argumentação que eficiência bancária pode ser dividida entre a microeconômica e a macroeconômica, ou seja, na primeira é levantada a questão da minimização de custos e maximização de lucros. Na segunda há, porém uma preocupação a questões como apoio a investimentos, busca de externalidades positivas entre outras atividades. Muitos autores ainda levantam a questão da eficiência social, ou seja, relacionada ao aspecto da inclusão financeira, já que alguns segmentos de baixa renda são excluídos desses serviços.

Segundo De Paula e Faria Júnior (2011), há estudos que demonstram que a eficiência bancária brasileira, no que se tange aos bancos públicos é grande, principalmente a partir dos bancos públicos federais. Tomando como referência o modelo de crédito, que estuda basicamente a eficiência na alocação de crédito, há um grande destaque para esse segmento, principalmente ao Banco do Brasil. Sendo inclusive maior do que os bancos privados nacionais e os bancos privados internacionais. Se a questão se refere a eficiência no resultado

foi observado também que os bancos públicos apresentam resultados positivos, mais uma vez com destaque ao Banco do Brasil, porém nesse caso os bancos privados nacionais tais como o SAFRA e o Bradesco apresentam bons resultados. Nessa situação é possível discutir a questão da eficiência bancária dos bancos públicos, que de modo geral é reconhecida como baixa, porém através desse estudo pode-se dizer que é de considerável eficiência.

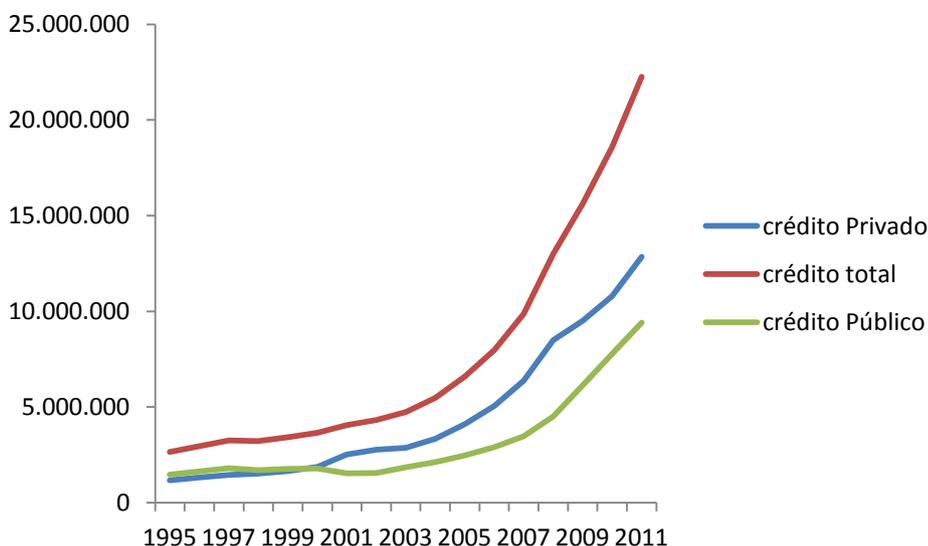
3.4. Situação Atual do Sistema Bancário Brasileiro

Ao se discutir o sistema bancário brasileiro nos últimos anos é possível observar que houve uma considerável mudança. Nesse contexto é observado que ocorreu um processo de internacionalização do sistema bancário nacional, já que a participação de instituições estrangeiras passou a ser mais recorrente. A questão da concentração também pode ser discutida nesse novo contexto, já que nos últimos dez anos a participação dos maiores bancos aumentou em um número considerável. Novamente sobre a estrutura bancária atual, Camargo (2009) é notada a maior participação de bancos privados nacionais e estrangeiros, porém sem desconsiderar a ainda forte atuação dos bancos públicos, principalmente os federais.

Ao se tratar do sistema bancário e financeiro brasileiro como um todo é interessante discutir exatamente essas mudanças que ocorreram nos últimos anos, podendo ser tomado como base a partir da implantação do Plano Real. Se há como descrito por Camargo (2009) uma participação cada vez maior do sistema bancário privado no ambiente atual, é interessante pesquisar a situação do crédito. Como discutido na literatura econômica, quando o crédito é de origem privada, há maior eficiência, partindo das principais funções bancárias. King e Levine (1993), como anteriormente observado compreendem que uma das formas de estudar desenvolvimento financeiro, que por sua vez influenciaria o crescimento econômico, se dá através de uma maior proporção de crédito privado em relação à quantidade total. É evidentemente importante ressaltar que esse princípio vai de contra com os defensores dos bancos públicos como agentes destacados para o desenvolvimento econômico.

De acordo com dados do Banco Central, é possível observar que a origem do crédito no sistema financeiro nacional nos últimos dez anos corrobora com a tendência de maior participação privada. No gráfico 4 se pode determinar que a quantidade de crédito total da economia apresenta uma tendência crescente, sendo que o crédito do sistema financeiro privado vem sendo maior do que o público.

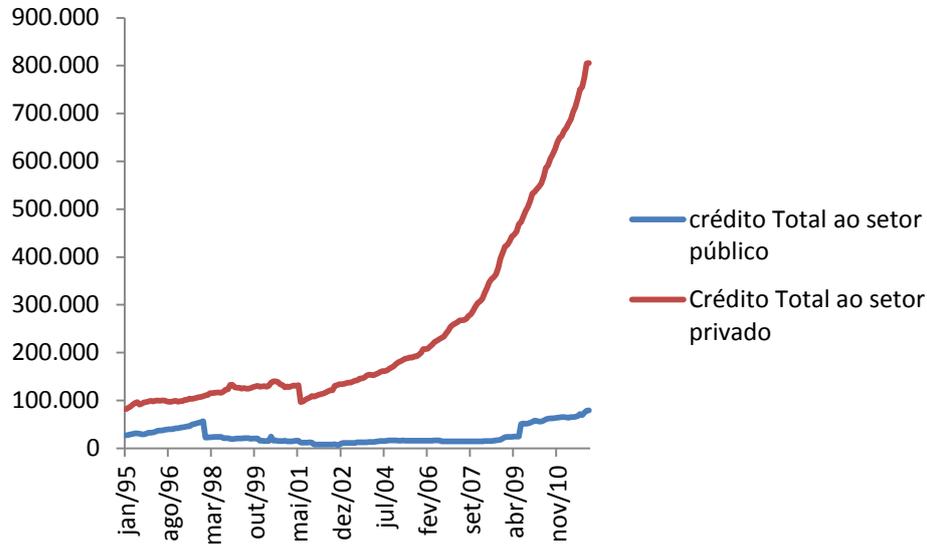
GRÁFICO 3: Valores do Crédito por Origem Bancária – 1995-2011



Fonte: Elaborado pelo Autor

Em relação à origem do crédito, pode-se observar no próximo gráfico, que desde a implantação do Plano Real houve um aumento substancial do crédito público, que de modo interessante se dá na sua grande maioria ao setor privado. Por outro lado o crédito do sistema financeiro público vem se mantendo praticamente constante nos últimos quinze anos, ao passo que ao setor privado houve um aumento de aproximadamente nove vezes.

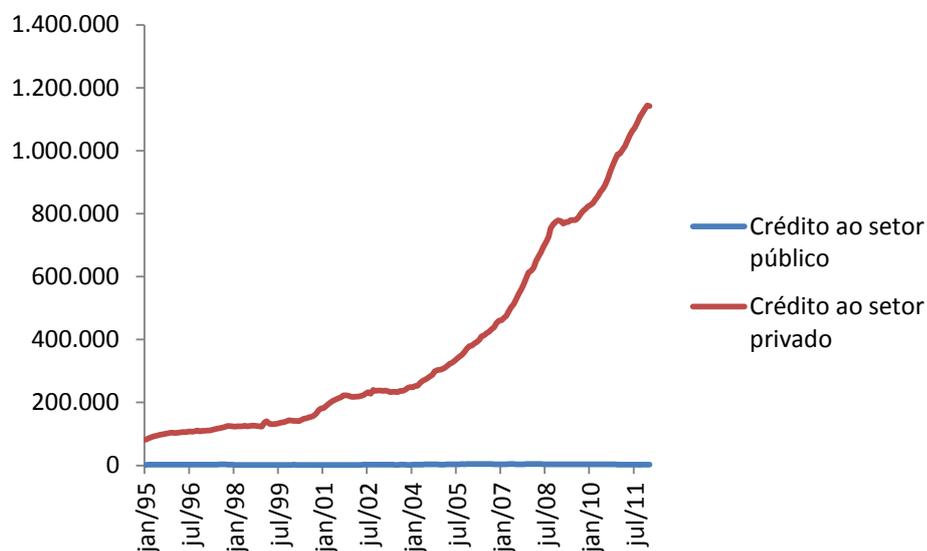
GRÁFICO 4: Valores do Crédito Público – 1995-2011



Fonte: Elaborado pelo Autor

Paralelamente ao se estudar o crédito com origem no sistema financeiro privado vemos as operações totais ao setor privado crescerem de modo facilmente observável, contrastando com as operações ao setor público, que se mantiveram estáveis a um nível quase irrisório, como se pode notar no respectivo gráfico abaixo.

GRÁFICO 5: Valores do Crédito Privado – 1995-2011



Fonte: Elaborado pelo Autor

Baseado nesses dados coletados pelo Banco Central brasileiro é possível ver que desde a implantação do Plano Real houve um claro aumento do crédito privado, além de um indiscutível aumento no que se tange ao objetivo do crédito, que passou a ser na maior parte das vezes ao setor privado. Com esses números, ao se considerar os estudos de Levine e King (1993), é aceitável dizer que o sistema financeiro nacional se desenvolveu, já que houve um aumento considerável dessa modalidade de crédito. Se essa causalidade for verdadeira possivelmente o crescimento econômico poderá ser uma tendência, contudo é interessante ressaltar que ainda é muito discutido na literatura econômica se o desenvolvimento financeiro influencia o crescimento econômico ou o contrário.

4. Crescimento Econômico e Sistema Bancário

A influência do sistema bancário no crescimento econômico é um tema que já foi estudado por diversos autores, ao ponto que a suposta relação que há entre esses dois pontos é constantemente ligada às funções exercidas, acima de tudo, pelos bancos, como mobilizar e alocar recursos, entre outras atividades. O fato é que em um ambiente onde há mercado imperfeito essas instituições acabam por realizar um papel destacado.

Economistas especializados na área de desenvolvimento econômico atestam inclusive que o papel macroeconômico exercido pelos bancos e afins são essenciais para o crescimento econômico de um país. É importante salientar que a literatura econômica propõe na maioria das vezes uma relação entre o sistema financeiro e crescimento econômico, porém é reconhecido tanto na literatura como de maneira geral, que os bancos têm um papel destacado nessa área, fato pelo qual há uma tendência de se colocar essas instituições como representante. Em razão de o estudo ser ligado ao sistema bancário, essa tendência será mantida no presente trabalho.

4.1. Estudos Sobre Crescimento Econômico e Sistema Bancário

Como será estudado, a relação entre o sistema bancário e o crescimento econômico está muito presente na literatura econômica. Nesses estudos, geralmente, é definida a importância do sistema financeiro como um todo, isso é, todo o sistema bancário, mercados de capitais, bolsas de valores entre outros componentes. Como já especificado, há uma tendência de tomar os bancos como o agente principal de todo o sistema. De acordo com Silva e Sabino Porto Júnior (2006) essa tendência pode ser justificada pelo fato do sistema bancário ser responsável por mais de 60% da fonte de fundos externos das empresas. Segundo Pagano

(1993) os bancos têm capacidade, por exemplo, de transformar poupança em investimento, ou seja, ajuda na absorção de recursos como agregado familiar em investimento. Esse fator é muito importante para uma economia, principalmente em etapas iniciais da economia, proporcionando posteriormente o crescimento econômico.

A relação entre intermediação financeira e crescimento econômico foi tema de diversos estudos, principalmente nas últimas três décadas, sendo salientada por vários autores a importância de instituições, como um sistema bancário desenvolvido para possibilitar o sucesso econômico de um país. A contribuição do sistema financeiro para o crescimento econômico foi observada inicialmente por Schumpeter em sua formulação inicial em 1911. Posteriormente autores como Joan Robinson, Solow e Modigliani e Miller trataram sobre o assunto. Já na década de 60 autores como Hicks, Goldsmith entre outros também deram contribuições nessa área. Segundo Santos (2010), é observado que a partir de estudos mais profundos de Romer (1986) e Lucas (1988), mais autores passaram a se preocupar com esse assunto, havendo importantes contribuições como de Pagano (1993). Nesse contexto é frisado pelo autor do artigo, que após o surgimento dos modelos de crescimento endógeno, inspirados nos estudos de Romer e Lucas, é que a relação entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico começou a ser estudada com mais detalhes.

Ao se tratar a causalidade entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico na teoria, é fundamental iniciar pela compreensão de Schumpeter sobre o estudo, inclusive, como já citado, pelo seu pioneirismo sobre o assunto. Segundo Beim e Calomiris (2001) Schumpeter enfatizou a conexão entre empreendedorismo e crédito. Para tanto, foi dito que ao se disponibilizar crédito ao empresariado, criou-se um meio eficiente para que esses agentes criassem posteriormente valor econômico, ou seja, transformar, por exemplo, o crédito bancário em empreendimentos positivos para a atividade econômica e ao crescimento do país. Nessa visão o bancário é um agente fundamental para o fenômeno do desenvolvimento, inclusive porque através dele é possibilitando uma série de novas atividades econômicas, principalmente em razão da alocação de crédito.

King e Levine (1993) destacam também que para Schumpeter os serviços promovidos pelos intermediários financeiros, como mobilização de poupança, gerenciamento de riscos, monitoramento da diretoria e facilitar transações, basicamente as funções típicas dos bancos e que são essenciais para inovação tecnológica e desenvolvimento econômico.

Todavia é fato que a ligação entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico e o modo como se dá essa causalidade foi controverso até recentemente, até é possível dizer que foi pouco estudada. De acordo com Beim e Calomiris (2001), o pensamento do mainstream econômico até meados da década de 70 defendiam que desenvolvimento financeiro e suas instituições não tinham importância destacada para o crescimento econômico. De fato, a ausência dessa ligação era um dos poucos pontos nos quais os economistas Keynesianos e clássicos concordavam.

Na teoria ao se partir da economia clássica, Beim e Calomiris (2001) destacam que os modelos econômicos relativos a eles viam as atividades reais separadas dos assuntos monetários e financeiros. Basicamente nos modelos clássicos, mercados de capitais eram perfeitamente eficientes e todos os agentes tinham informações perfeitas, o que significava que não havia uma clara importância para os intermediários financeiros, tais como os bancos. Paralelamente é importante destacar que o pensamento econômico entre os anos 1930 a 1970 era dominado pelas teorias de Keynes, o qual nunca destacou alguma importância do papel das instituições financeiras para a economia, somente comentando o que o colapso dos sistemas bancários poderia causar. Inclusive, Keynes sustentou, pelo contrário de acordo com Beim e Calomiris (2001), em seus estudos uma repressão financeira, ou seja, o oposto de um desenvolvimento financeiro. O argumento e o modo para essa repressão é dado a partir da supressão das taxas de juros, que desencorajariam a retenção monetária. Esse princípio, relacionado com baixas taxas de juros, é defendido em razão da preferência por liquidez dos agentes econômicos segundo Keynes, motivo pelo qual somente quando as taxas de juros são forçadas para baixo há estímulo ao investimento. Retomando o foco sobre a relação estudada, é possível concluir que de modo geral tanto os economistas Clássicos quanto os Keynesianos não se importam com essa causalidade.

Santos (2010) observa também que posteriormente Hicks também estabelece a relação entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico, no caso a partir de uma análise sua da Revolução Industrial, no caso focalizando o mercado de capitais. Para explicar a relação é argumentado que o surgimento do mercado de capitais teve importância na mobilização de recursos por períodos longos o suficiente, para que as inovações tecnológicas fossem introduzidas na produção. Ou seja, o mercado de capitais criou condições para uma liquidez dos detentores de poupança, fazendo que eles se dispusessem a aplicar em investimentos de longo prazo. Posteriormente em outro estudo os autores Bencivenga, Smith

e Starr (1993) corroboram com Hicks observando que a revolução industrial teve que esperar pela revolução financeira. É possível também citar um estudo histórico, no caso Ferguson (2008), que observou a importância dos Rothschild para a Revolução Industrial, o que corrobora com a relação defendida pelos autores citados.

Santos (2010) cita estudos que vêem desenvolvimento financeiro e crescimento econômico de outra forma, como Joan Robinson, que toma a posição oposta, defendendo que o desenvolvimento financeiro que é consequência do crescimento econômico. Nesse contexto a autora observa que na medida em que as transações aumentam, processo característico de um crescimento econômico, a atividade financeira se desenvolve também. Com isso o processo seria descrito através do crescimento econômico de um país, o que posteriormente desenvolveria, por exemplo, as atividades bancárias. Esse estudo demonstra uma das características mais discutidas dessa relação, a da causalidade. Segundo Degryse, Kim e Ongena (2009) a lacuna que permite haver essa discussão é a existência do problema de simultaneidade ou direção e causalidade, existindo argumentos e dúvidas sobre a possibilidade do crescimento por si só levar um país a ter melhores instituições financeiras, desregulação e para tanto levar um país para frente.

Como já citado, Lucas (1988), assim como Romer (1986) afirmam, que em modelos de crescimento endógeno, níveis maiores de poupança e investimento podem no longo prazo elevar a taxa de crescimento. Porém Lucas (1988) observa que todo caso há uma tendência exagerada na consideração dos fatores financeiros como essenciais para o desenvolvimento econômico. Esse ponto é enfatizado no artigo de King e Levine (1993), que expõe o argumento de Lucas de haver uma sobrevalorização da relação entre desenvolvimento econômico e sistema financeiro.

De acordo com a evolução da teoria, Santos (2010) indica que há por outro lado estudos que observam que ao se medir o desenvolvimento financeiro através do nível de crédito ou do tamanho do mercado de ações, pode-se antever o crescimento econômico, já que os mercados financeiros muitas antecipariam o crescimento futuro. Portanto o sistema financeiro e o mercado de capitais são afetados pelo crescimento econômico, significando então que o desenvolvimento financeiro seria um bom indicador, mas não exatamente um fator de causação. Ainda nessa discussão outro ponto de vista foi defendido por Modigliani e Miller (1958), que não vêem nenhuma relação entre as duas variáveis discutidas, vendo inclusive os mercados financeiros como independentes do restante da economia.

Na literatura econômica, Segundo Beim e Calomiris (2001) citam, que a noção que um sistema financeiro é realmente necessário para o crescimento econômico foi defendido com força em dois importantes trabalhos, de Ronald Mckinnon (1973) e Edward Shaw (1973), ambos importantes autores na área relacionada ao desenvolvimento econômico. Para tanto, é defendido que crescimento econômico é, em princípio, estimulado quando as pessoas são encorajadas a não alocar seus recursos em ativos de peso morto, tais como ouro, jóias ou outros objetos físicos, tais como imóveis, mas acreditar no sistema bancário e criar assim mais crédito.

Nesse sentido os autores também defendem que é importante implantar taxas de juros mais altas e reservas bancárias mais baixas, para estimular o crescimento econômico. A questão da taxa de juros é a mais controversa nesse estudo, já que há uma grande lacuna na questão de evidências empíricas que comprovem maior poupança com altas taxas de juros. De maneira oposta há estudos econométricos que atestam que a taxa real de juros não tem grande influência na poupança de países desenvolvidos, como o Japão, que mesmo com taxas de juros historicamente baixas tem altas taxas de poupança.

O fato é que, mesmo com a contradição intrínseca na relação entre taxas reais de juros e depósitos nos estudos de Mckinnon-Shaw, Beim e Calomiris (2001) defendem que os pontos fundamentais não são alterados. Tal como o foco dos autores na eficiência na alocação de poupanças, que não é somente quantitativa, mais acima de tudo qualitativa. Nesse contexto é defendido que instituições intermediárias privadas que operam em mercados financeiros liberais, tem a capacidade de utilizar melhor os fundos à disposição. Outra objeção que aparece a esse estudo se refere particularmente ao último argumento, já que há exemplos de países que cresceram economicamente sem a liberalização do sistema financeiro, mesmo que esses exemplos sejam minoria em comparação a uma maior amostra de casos que comprovam o estudo.

Beim e Calomiris (2001) expõem que a despeito das discussões sobre a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento financeiro, atualmente grande parte da literatura econômica reconhece que a atividade dessa área tem responsabilidade, no mínimo importante para a economia, principalmente em razão que as instituições financeiras têm papel produtivo para a economia. Um ponto levantado se refere à importância que o sistema financeiro tem em relação ao objetivo de agir sob condições de mercados imperfeitos, onde características como custos de transação e informação imperfeita estão presentes. Como exemplo destacado

é possível citar as instituições bancárias, que são reconhecidos por coletar informações em um ambiente como o já descrito e posteriormente usá-las. Inclusive é fato para a nova literatura microeconômica, que os bancos têm papel fundamental para criar riquezas, o que corrobora com o paradigma macroeconômico defendido por Mckinnon-Shaw.

Paralelamente Degryse, Kim e Ongena (2009) apontam outros importantes estudos sobre a ligação entre os sistemas bancário e crescimento econômico. Inicialmente é citado o trabalho de Levine (1999), no qual é exposto que determinantes legais e regulatórios são empregados como determinantes de desenvolvimento financeiro. Prover um sistema com direitos de crédito firmes, respeito a contratos e capacidade de prover informações induz a um funcionamento de intermediários financeiros que funda crescimento econômico. Posteriormente em Claessens e Laeven (2003) é reiterada a importância de direitos de propriedade para desenvolvimento financeiro e crescimento real. A alocação ótima de recursos é crucialmente dependente dos direitos de propriedade, até porque alocação de ativos é um canal importante pelo qual direitos de propriedade afetam crescimento das firmas. Nesse contexto uma intermediação financeira eficiente irá ser muito importante para determinar o crescimento futuro.

Degryse, Kim e Ongena (2009) citam também outros estudos que tratam sobre bancos, mercados financeiros e crescimento. Em Allen e Gale (1997) é defendido que a efetividade bancária esta ligada com a competição que eles têm de outras instituições financeiras. La Porta, Lopez-de-Silanes e Schleifer (2002) mostram que um maior grau de propriedade pública dos bancos é associado com níveis menores de desenvolvimento bancário e crescimento mais lento. Jayaratne e Straham (1996) documentam que a qualidade dos portfólios bancários cresceram rapidamente com a desregulação, além da eficiência, provando que o volume de crédito não é a ligação chave para o crescimento, mas sim a qualidade, o que contribui mais para o crescimento no longo prazo.

Por último Degryse, Kim e Ongena (2009) citam um estudo que se aplica a economias menos desenvolvidas, no qual também é levantada a questão da liberalização financeira como importante quesito para o crescimento econômico. Nele Haber (1991,1997) observa a importância da liberalização financeira para o crescimento econômico do Brasil e do México, já que a liberalização financeira permitia que um grande número de empresas tivessem acesso ao financiamento externo. É observado também que instituições políticas têm um papel

fundamental para o grau de liberalização financeira, concluindo que o Brasil leva vantagem sobre o México nesse quesito.

Santos (2010) cita no artigo outro estudo na área, que se refere mais especificamente a ligação entre o grau de capitalização necessária ao crescimento de dado setor econômico e a estrutura financeira disponível no país. Para Raghuram e Zingales (1998), em países com maior desenvolvimento financeiro, empresas dependentes de mobilização de grandes recursos se desenvolvem mais rápidas do que as independentes desses recursos. Para ilustrar a situação os autores comparam dois setores industriais, o farmacêutico e o do fumo. O primeiro é mais dependente e o segundo menos dependente. No estudo, há maior crescimento do primeiro tipo de indústrias em comparação com o segundo tipo onde há sistemas financeiros mais desenvolvidos. Em países com o setor financeiro menos desenvolvido o que se observa é o contrário, ou seja, maior taxa de crescimento da indústria do fumo.

Raghuram e Zingales (1998), também defendem inclusive que o crescimento industrial pode ser decomposto em dois diferentes aspectos, o crescimento do número de empresas do setor e o crescimento da escala média de produção. O efeito do desenvolvimento do setor financeiro é nesse contexto duas vezes maior quando se trata da expansão do número de empresas, do que quando se fala em aumentar o número de plantas de empresas existentes ou expandir escala produtiva dessas empresas. O que se vê é que o desenvolvimento financeiro afeta mais o estabelecimento de novas empresas do que auxiliar no crescimento das já existentes. Trata-se segundo o autor da viabilização do que Schumpeter determinou como “destruição criativa” que quando se refere a novas empresas com novas tecnologias são mais observáveis em países com sistema financeiro avançado.

Os mesmos autores defendem que em períodos de baixo crescimento econômico com desenvolvimento do sistema financeiro pode inclusive estimular a superação de um ambiente adverso e significar que o crescimento de longo prazo pode ser retomado. Os autores também concluem que o desenvolvimento do setor financeiro pode ter forte influência no grau de concentração e dimensão de um determinado setor industrial, já que a falta de uma estrutura financeira prejudicaria a entrada de novas empresas no mercado.

4.2. Meios de o Sistema Bancário Influenciar o Crescimento Econômico

Ao se estudar o modo como o sistema bancário age na economia e conseqüentemente teria o poder de sustentar e influenciar o seu crescimento é importante conhecer quais dos seus papéis principais podem agir nesse campo. De fato os bancos têm importância singular para várias funções como citam Beim e Calomiris (2001), frisando a importância de essas instituições serem especialistas em processar informações e estabelecer contratos, o que é essencial para o desenvolvimento de relações de longo prazo.

Para Silva e Porto Júnior (2006) outra grande importância do sistema financeiro e conseqüentemente dos bancos está relacionada às imperfeições dos mercados, motivo pelo qual os bancos têm eficiência para minimizar tais imperfeições. Como os autores citam, a intermediação financeira pode minimizar ou ao menos diminuir as perdas desses problemas, já que diminuiria os custos de transação e os custos de informações. Vale observar que os custos de transações são diminuídos pelos bancos pelo fato desses serem verdadeiros especialistas nessa área, já em relação aos custos de informações, essas instituições devem diminuir as assimetrias de informações, principalmente em razão de problemas tais como seleção adversa e risco moral.

Pagano (1993) destaca as principais razões pelas quais o sistema bancária afeta o crescimento econômico. Inicialmente é destacado o fato dos bancos mobilizarem recursos para as firmas, no caso principalmente pelo meio de incentivar a poupança dos agentes, entre os quais as famílias. Nesse processo, as instituições bancárias transformam a poupança em investimento, já que esses intermediários absorveram o dinheiro das famílias. A absorção de recursos está estreitamente ligada aos serviços bancários ofertados, ou seja, a eficiência dos intermediários, o poder de mercado e outras características refletem como essas instituições afetarão a economia.

Silva e Porto Júnior (2006) destacam que não havendo a participação dos bancos, os agentes estariam dependentes somente dos recursos próprios, o que impossibilitaria, ou ao menos dificultaria investimentos de grande porte, havendo por esse motivo uma menor

quantidade de investimentos e uma taxa de crescimento menor do que seria com a participação bancária.

Um segundo caminho que a intermediação financeira tem para fomentar o crescimento econômico se dá através da alocação de capital, encaminhando eles para os projetos com maior retorno marginal. Portanto, instituições como os bancos, acabam por aumentar a produtividade do capital, como já visto na teoria econômica, isso significa que a alocação de recursos vai ter uma qualidade maior, o que é na maioria das vezes, mais importante do que a quantidade em si.

Pagano (1993) determina que a promoção do crescimento econômico se dá por dois caminhos, sendo eles a coleta de informações para determinar a melhor alternativa de investimento entre dois projetos e induzir indivíduos a investir com mais risco, porém em tecnologias mais produtivas, através de outra função que veremos a do gerenciamento de riscos. É reconhecida nesse contexto a importância destacada dos bancos, que aumentam a produtividade do investimento direcionando fundos para tecnologias ilíquidas, mas com alta tecnologia e acabam reduzindo os desperdícios de investimento por liquidação prematura. Há estudos que relacionam também o aumento da produtividade através da alocação de recursos que se dá no mercado de ações, principalmente as relacionando com a presença de externalidades que incentivaria a um grau de crescimento econômico maior.

A terceira via pela qual um sistema bancário mais eficiente pode afetar o crescimento econômico se dá através da alteração da taxa de poupança por meio dos intermediários. De fato essa função é uma das mais presentes na literatura econômica, além de ser citada como um mecanismo determinante do crescimento de diversas economias. Como já estudado, a partir da criação das caixas econômicas (Sparkasse) na Alemanha do século XIX houve um aumento da taxa de poupança, que por fim teria influenciado o crescimento desse país. Para Pagano (1993) essa relação é na verdade ambígua, porque o desenvolvimento financeiro pode reduzir a taxa de poupança e por consequência reduzir o crescimento.

Ao se tratar a questão do gerenciamento de riscos, é reconhecido que os mercados financeiros têm a habilidade de diminuí-lo. Os meios são diversos, tais como através dos mercados de seguros, os quais na sua presença são a primeira opção de escolha dos agentes. Nesse contexto Pagano (1993) observa que, por exemplo, com a presença de mercados de seguros os agentes acabam trabalhando com eles e vendo a necessidade de poupar diminuir, o

que afetaria negativamente a taxa de poupança e de acordo com modelos de crescimento endógeno diminuiria o crescimento econômico. Porém, como já citado, essa relação é ambígua, já que na presença de carteiras com menores riscos é possível que a poupança seja menor, mas por outro lado, haverá um incentivo maior de investimento em áreas mais produtivas, que sem o gerenciamento de risco seria muito arriscado para os investidores em geral. O resultado é que essa característica acabaria influenciando positivamente o crescimento econômico.

4.3. Desenvolvimento do Sistema Bancário

No debate sobre a influência do sistema bancário no crescimento econômico de um país é importante poder observar o desenvolvimento financeiro, para poder então determinar a causalidade. Para tanto, há diversos estudos que buscam mostrar como essas instituições evoluem, inclusive, demonstrando o caso oposto, quando há uma repressão financeira. O fato é que a partir dessa base será possível determinar se os avanços nessa área refletirão no crescimento econômico, acumulação física de capital e influenciar na eficiência econômica.

Para King e Levine (1993), é ressaltado exatamente o que já foi observado, sobre a importância de definir desenvolvimento financeiro para examinar a relação com crescimento econômico. Para tanto um dos meios mais usados é computando a mensuração tradicional de profundidade financeira, o qual iguala o lado formal do sistema intermediário financeiro com o nível de liquidez em relação ao PIB. Outro meio é examinando a importância dos depósitos bancários relativo à alocação de crédito doméstico do Banco Central, já que nessa atividade os bancos são mais eficientes, já que eles agem melhor em relação às atividades de gerenciamento de riscos, de alocação entre outras funções tradicionais dessas instituições. Por outro lado, o Banco Central acaba por não agir de modo tão eficiente, o que significa que países onde as instituições bancárias têm maior participação, são de modo geral mais desenvolvidos financeiramente, havendo então uma maneira de relacionar com o possível crescimento econômico.

King e Levine (1993) observam que é possível estudar o desenvolvimento financeiro por outra maneira, examinando onde o sistema financeiro distribui os ativos, através de duas mensurações. A primeira opção se refere à emissão de crédito para firmas privadas não financeiras em relação ao crédito total, porém, excluindo o crédito aos bancos. A segunda opção se refere à emissão de crédito a firmas privadas não financeiras divididas pelo PIB nacional. Basicamente é importante destacar que um sistema financeiro que financia principalmente firmas privadas prove provavelmente mais serviços do que sistemas financeiros que simplesmente afunilam crédito ao governo ou a empresas estatais.

Paralelamente é importante observar também os meios pelos quais o desenvolvimento financeiro está ligado com o crescimento econômico, fundamentado em duas fontes para King e Levine (1993). Inicialmente é importante que se estudasse a taxa de acumulação física de capital, mensurando ambos como uma taxa de crescimento per capita de capital físico estimada e a taxa de investimento em relação ao PIB. Depois se deve estudar a melhora na eficiência da alocação de capital pela sociedade, o qual é possível mensurar como um crescimento residual após controlar a acumulação física de capital. Nesse contexto os autores defendem que um sistema financeiro desenvolvido significa um bom sinal de que o país pode crescer economicamente no longo prazo.

De modo oposto é possível também estudar como a repressão financeira pode influenciar o desempenho econômico, ou seja, se paralelamente o desenvolvimento financeiro pode induzir o crescimento é evidente que ao estudar a característica referida é também possível compreender a lógica. Beim e Calomiris (2001) expõem esse caso que uma das grandes mudanças do século XX se refere à capacidade de uma economia criar dinheiro fiduciário, esse que emergiu destacadamente nesse século. Os autores discutem que a partir de então os governos passaram a ter a habilidade de se financiar através da impressão monetária, criando uma série de problemas em diversos países, além de permitir que os próprios governos possam “reprimir” o sistema financeiro.

Beim e Calomiris (2001) citam alguns caminhos pelos quais os governos podem interferir no sistema financeiro, causando por sua vez a repressão desses. O primeiro ponto identificado pelos pesquisadores se refere ao limite das taxas de juros aos depósitos bancários, fato bem comum, já que há vários exemplos de governos que impuseram uma taxa teto ao que os bancos pagavam aos depositantes. De fato, essa imposição acaba por limitar uma competição bancária considerada excessiva, evitando que a lucratividade dos bancos

diminuísse. O problema identificado é que qualquer governo que mantêm controle sobre a taxa de juros atingiria a capacidade dos mercados de alcançarem a alternativa mais eficiente para o seu funcionamento, ou seja, atingiria a característica citada por outros artigos sobre a capacidade de um sistema bancário eficiente de alocar os recursos da melhor maneira possível. Outro caminho do governo influenciar no sistema financeiro se dá através das reservas bancárias, que quando a imposição for muito alta será prejudicial para o sistema. O que acontece é que por essa atitude a capacidade de criar crédito do sistema acaba sendo prejudicada, representando uma repressão.

Posteriormente são citadas por Beim e Calomiris (2001) outras ações que atingem negativamente o sistema bancário. Outro caso tradicional se refere ao crédito estatal e o direcionamento do governo do crédito bancário. Esse hábito acaba sendo recorrente em diversos países, principalmente ao que se refere aos projetos dos respectivos governos, que muitas vezes são financiados pelos bancos em razão das indicações estatais. Essa ação, como já foi observado, provém à ineficiência, já que como visto por King e Levine (1993), os bancos privados são mais indicados para determinar o melhor investimento e onde seria mais aconselhável alocar os recursos, porém a partir do momento que o governo interfere nesse quesito o que acontece é uma perda, já que não é garantido que o projeto escolhido seja o mais indicado.

Beim e Calomiris (2001) citam ainda que a posse dos bancos por parte do governo, ou seja, a existência de bancos públicos, principalmente quando esses forem os maiores do seu respectivo país acaba por reprimir o sistema bancário nacional e prejudica a relação desse com o crescimento econômico. Para os autores essa característica é prejudicial, porque esses bancos acabam por escolherem somente as alternativas que mais interessam aos governantes ou na teoria ao desenvolvimento do país.

O ponto é que é possível que a alocação mais indicada, principalmente referente a maiores lucros e maior eficiência não seja essa, o que acaba por não direcionar o crédito para a “melhor opção”. Paralelamente a restrição a entrada de bancos estrangeiros também pode ter reflexos negativos nessa área, motivo pelo qual há grandes incentivos do FMI para maior liberalização nessa área. Tipicamente restrições a circulação de capitais acaba também por ter efeitos restritivos ao sistema bancário, já que há situações onde as melhores oportunidades de investimento se dá em outros lugares, como os países emergentes, fato pelo qual, essa restrição acaba por prejudicar essas economias, através da perda de oportunidades.

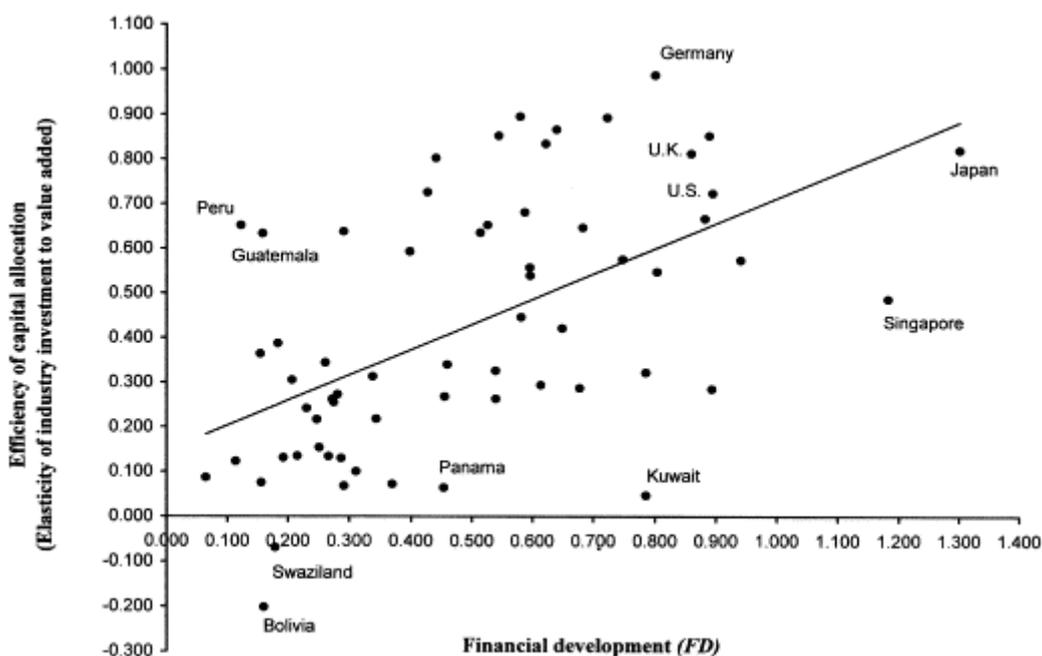
4.4. Estudos Empíricos

Para atestar a validade da relação entre um sistema bancário e o respectivo crescimento econômico de um país, já houve diversos estudos que focaram especialmente esse caso. Com o objetivo de ter uma visão, pelo menos superficial do caso é interessante observar algumas conclusões, tanto dos casos onde o desenvolvimento bancário teria supostamente acelerado o crescimento econômico, como também em situações onde a repressão financeira teria influenciado os indicadores econômicos.

Beim e Calomiris (2001) citam inicialmente a conexão entre repressão financeira e o nível de atividade econômica e riqueza em diversos países. No índice de desenvolvimento financeiro para o ano de 1997, mesmo não sendo uniforme é possível observar que países com maior desenvolvimento nessa área tendem a ter um PIB per capita mais alto, tornando a ligação entre riqueza e desenvolvimento financeiro, entre eles a questão bancária, muito clara.

É, porém observado, como possível de ver nos gráficos, que o desenvolvimento financeiro não é uma condição suficiente para o crescimento econômico, mas as chances de crescimento ou riqueza em ambientes com esse pré requisito se tornam amplamente maiores. Por outro lado é observado por Beim e Calomiris (2001) que a análise pode ser questionada pelo fato da relação ser potencialmente passível de reversão, ou seja, é possível que o desenvolvimento financeiro reflita o crescimento econômico, voltando a questão da causalidade já discutida anteriormente. Também é possível observar que alguns países cresceram economicamente mesmo com sistemas bancários ou financeiros em geral em condições de repressão. Com isso é possível dizer que desenvolvimento financeiro não é uma condição necessária para o crescimento econômico.

GRÁFICO 6: Desenvolvimento Financeiro e Eficiência na Alocação de Crédito



Fonte: Wurgler, Jeffrey (2000)

A partir do gráfico 6 é possível entender de uma forma mais clara que o desenvolvimento financeiro tem o poder de influenciar os indicadores econômicos de forma positiva e eficiente. Como é possível observar, dado o índice de desenvolvimento financeiro, fica evidente que os países com maior sucesso nessa área acabam por apresentar maior eficiência na alocação de capital, o que é uma das funções principais do sistema bancário e através dela há grande influência no crescimento econômico. Fazendo parte do estudo, podemos ver que a Alemanha apresenta um alto índice de desenvolvimento financeiro, pouco abaixo do outro caso do estudo, os EUA. Por outro lado a questão da eficiência alocativa tende para o sistema alemão, mesmo que o caso americano também apresenta um índice alto.

Ainda se tratando de estudos referentes a relação entre bancos e crescimento, King e Levine (1993) desenvolveram um estudo muito influente com 77 países para o período entre 1960-89, para encontrar essa relação. Para tanto foi concluído que todos os valores positivos encontrados eram estatisticamente relevantes assim como economicamente. Para tanto foi observado a importância relativa dos bancos comerciais em relação ao banco central na

alocação de crédito, corroborando para a maior eficiência dessas instituições privadas em relação às públicas.

5. Evidências Empíricas

Conforme um dos objetivos do trabalho, tentaremos captar uma relação positiva entre crescimento econômico e o desenvolvimento do sistema bancário, através da regressão de crescimento proposta por Degryse, Kim e Ongena (2009) em *Microeconometrics of Banking*. Longânime a meta de estudo dos três sistemas nacionais o conjunto de dados do Sistema Bancário Alemão, Americano e Brasileiro será analisado, havendo a respectiva regressão para cada caso.

5.1. O Modelo

O Modelo de Regressão Linear proposto para esse capítulo inspira-se na abordagem de Degryse, Kim e Ongena (2009). Embora um tanto quanto diferente entre os três objetos de estudos, o procedimento adotado aqui irá propor uma regressão linear do crescimento econômico em razão do desenvolvimento financeiro. O foco é provar através de dados empíricos a relação entre a intermediação bancária e a atividade real.

A seguir a regressão de crescimento básica:

$$G = \alpha + \beta F + \gamma X + \mu \quad (1)$$

Onde:

G = Crescimento Médio de um País

F = Vetores indicadores de um desenvolvimento financeiro

X = outras variáveis que estão relacionadas com crescimento econômico

μ = Erro

Os estudos variam muito de acordo com os dados escolhidos para a aplicação do modelo, como a questão do crescimento médio de um país, que pode ser relacionada ao PIB

per Capita ou a outras variáveis. A escolha de vetores indicadores de um desenvolvimento financeiro também é um parâmetro aberto a escolha de diferentes variáveis.

5.2. Base de Dados

As variáveis utilizadas em cada um dos estudos apresentam em parte simultaneidade, todavia há particularidades de cada um dos casos. Em relação aos vetores indicadores de crescimento médio de um país e desenvolvimento financeiro há consenso para os três sistemas. Essas medidas são:

- BANCO: Para determinar desenvolvimento do sistema bancário a medida usada será a relação entre a participação do crédito dos bancos comerciais em relação ao crédito total doméstico;
- PIB: Em relação à medida tomada para determinar o crescimento econômico, será utilizada os dados do PIB per Capita de cada país, usando a taxa de crescimento no intervalo de tempo estudado. A escolha dessa variável se deve a facilidade dessas de captar a atividade econômica, sendo os dados obtidos nos respectivos bancos de dados dos Bancos Centrais de cada país;

5.3. Sistema Bancário Alemão

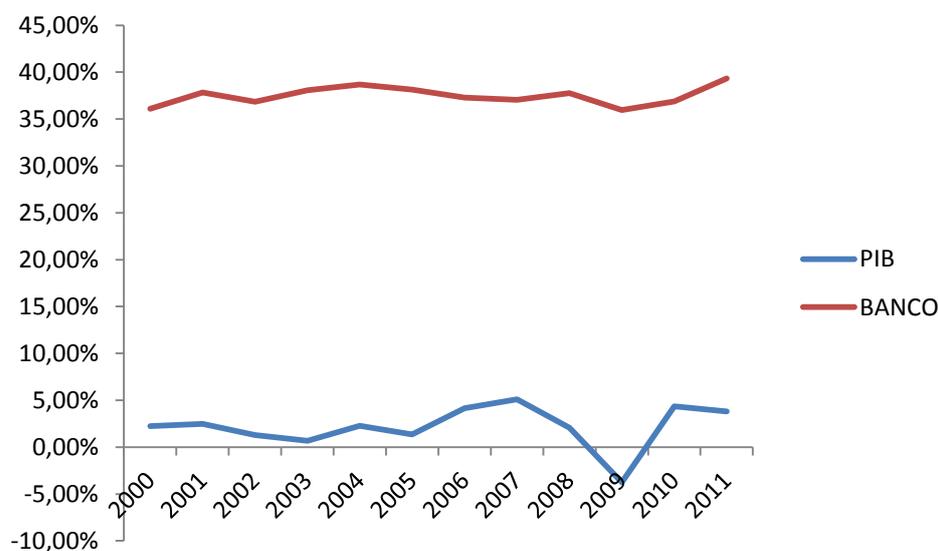
Em relação ao sistema na Alemanha, devemos considerar que há determinadas peculiaridades já citadas no trabalho, motivo pelo qual algumas outras variáveis serão utilizadas para possibilitar um melhor entendimento da situação. Por esse motivo além da utilização da variável BANCO e da taxa de crescimento do PIB per capita serão usados outras medidas, especificados a seguir:

- Bancos Regionais: refere-se ao crédito dessas instituições em relação ao crédito doméstico total;
- Grandes Bancos: refere-se ao crédito dessa modalidade bancária, também em relação ao crédito doméstico total;

- Sparkassen: refere-se ao crédito de todas essas instituições em relação ao crédito doméstico total;
- Landesbanken: refere-se ao crédito dessas instituições em relação ao crédito doméstico total;

A escolha dessas variáveis é justificada pela reconhecida importância no mercado de crédito, de algumas dessas instituições para a economia alemã tais como o Deutsche Bank e o Dresdner Bank. O mesmo se aplica as outras variáveis, como o Sparkassen, que tem, por sua vez, forte participação na captação de depósitos e posterior oferta de crédito.

GRÁFICO 7: Comportamento das Variáveis crescimento do PIB per capita e Participação do Crédito dos Bancos Comerciais sobre o Crédito Total (Alemanha): 2000-2011



Fonte: Elaborado pelo Autor

No gráfico 7 é difícil observar se há a priori uma relação entre crescimento econômico e desenvolvimento do sistema bancário. A princípio não há uma clara tendência de crescimento econômico, quando há um aumento da variável BANCO e decréscimo quando ocorre o mesmo com essa variável. É, todavia, essencial provar essa relação através da regressão

proposta, já que é possível também através de uma interpretação simples de dados, concluir que crescimento econômico induz o desenvolvimento dos bancos.

Com o objetivo de achar uma relação positiva entre pelo menos algumas dessas variáveis, foi utilizados dados trimestrais entre 2000 a 2011. Os dados provêm do site do Bundesbank.

TABELA 1: Regressão do Crescimento para Alemanha

	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
		<i>Padrão</i>			
constante	0,0120852	0,02612	0,4626	0,64604	
BANCO	-0,0888717	0,10323	-0,8609	0,39417	
Bancos Regionais	-0,612881	0,33128	-1,8501	0,07135	*
Grandes Bancos	0,172652	0,2124	0,8129	0,42088	
Sparkassen	0,712603	0,34075	2,0913	0,04259	**
Landesbanken	-0,102386	0,11171	-0,9165	0,36463	

Fonte: Elaborado pelo Autor

Na tabela 1 podemos notar que a variável BANCO, que se refere ao indicador de desenvolvimento bancário não apresenta um resultado significativo. Uma possível justificativa poderia ser o tamanho limitado da série utilizada. Por outro lado os resultados das variáveis “Sparkassen” foram significativos e indicam uma relação positiva com o crescimento econômico da Alemanha. Contudo, outro resultado significativo se refere aos Bancos Regionais, porém há nesse caso uma relação negativa com o crescimento do PIB. Não se pode afirmar, todavia, que essas instituições tem realmente uma influência positiva ou negativa sobre o crescimento econômico. Dado que a base de dados é limitada essa afirmação não seria confiável.

TABELA 2: Teste de Normalidade dos Resíduos (Alemanha)

Distribuição de frequência para uhat1, observações 1-48
número de classes = 7, média = -9,80751e-018, desvio padrão = 0,00942128

intervalo	pt. médio	frequência	rel.	acum.
< -0,033625	-0,038481	1	2,08%	2,08%
-0,033625 - -0,023914	-0,028770	0	0,00%	2,08%
-0,023914 - -0,014203	-0,019058	1	2,08%	4,17%
-0,014203 - -0,0044912	-0,0093469	10	20,83%	25,00% *****
-0,0044912 - 0,0052202	0,00036453	25	52,08%	77,08% *****
0,0052202 - 0,014932	0,010076	10	20,83%	97,92% *****
>= 0,014932	0,019787	1	2,08%	100,00%

Teste para a hipótese nula de distribuição normal:
Qui-quadrado(2) = 20,467 com p-valor 0,00004

Fonte: Elaborado pelo Autor

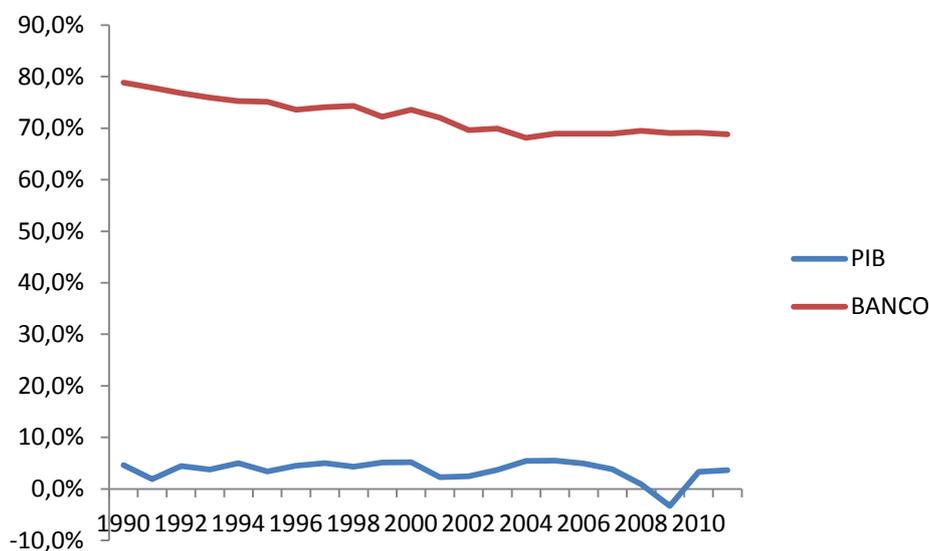
5.4. Sistema Bancário Americano

Em relação ao sistema americano, há características próprias que mudam as variáveis mais indicáveis para aplicar à regressão. Por esse motivo fora a variável BANCO e da taxa de crescimento do PIB per capita serão usados outras medidas, especificados a seguir:

- Cooperativas de Crédito: refere-se ao crédito dessas instituições em relação ao crédito doméstico total;
- Caixas Econômicas (Saving) : refere-se ao crédito de todas essas instituições em relação ao crédito doméstico total;
- Instituições Financeiras (Financeiras) : refere-se ao crédito de todas essas instituições em relação ao crédito doméstico total;

Além das variáveis tradicionais, é interessante observar a influência de outra espécie de instituições, tais como as Cooperativas de Crédito.

GRÁFICO 8: Comportamento das Variáveis crescimento do PIB per capita e Participação do Crédito dos Bancos Comerciais sobre o Crédito Total (EUA)- 1990-2011



Fonte: Elaborado pelo Autor

No gráfico 8 também é difícil observar uma relação entre crescimento econômico e desenvolvimento do sistema bancário. Há, porém, uma tendência parecida no comportamento das duas variáveis. Todavia, diferentemente da Alemanha esse comportamento é mais moderado no caso americano. Mantendo a coerência, também não podemos determinar nenhuma relação a partir desses dados.

O mesmo exercício realizado anteriormente será repetido ao caso americano. O objetivo de achar uma relação positiva entre pelo menos alguma dessas variáveis se mantém. Os dados utilizados são anuais de 1990 a 2011. Os dados provêm do site do FRED.

TABELA 3: Regressão do Crescimento para os EUA

	Coefficiente	Erro Padrão	razão-t	p-valor	
const	-0,1817	0,10616	-1,7121	0,10507	
BANCO	-0,0305	0,12853	-0,237	0,81549	
Cooperativas_de	1,80233	0,68897	2,616	0,01807	**
Saving_	8,02311	4,54054	1,767	0,09518	*
Financeiras	3,08432	1,59293	1,9363	0,06964	*

Fonte: Elaborado pelo Autor

A tabela 3 apresenta resultados semelhantes ao aplicado para a Alemanha. Tal como, a variável BANCO não apresenta um resultado significativo. Podemos usar a mesma justificativa sobre o tamanho limitado da série utilizada. Por outro lado os resultados das variáveis “Cooperativas de Crédito”, Caixas Econômicas (Saving) e Financeiras foram significativos e indicam em todos os casos uma relação positiva com o crescimento econômico dos EUA. Todavia, também não se pode afirmar, que essas instituições tem realmente uma influência positiva ou negativa sobre o crescimento econômico, pelos mesmos motivos já exemplificados.

TABELA 4: Teste de Normalidade dos Resíduos (EUA)

Distribuição de frequência para uhat1, observações 1-22
 número de classes = 7, média = -8,51592e-018, desvio padrão = 0,0140156

intervalo	pt. médio	frequência	rel.	acum.	
< -0,017664	-0,021135	2	9,09%	9,09%	***
-0,017664 -	-0,010724	3	13,64%	22,73%	****
-0,010724 -	-0,0037833	6	27,27%	50,00%	*****
-0,0037833 -	0,0031573	1	4,55%	54,55%	*
0,0031573 -	0,010098	5	22,73%	77,27%	*****
0,010098 -	0,017038	3	13,64%	90,91%	****
>= 0,017038	0,020509	2	9,09%	100,00%	***

Teste para a hipótese nula de distribuição normal:
 Qui-quadrado(2) = 1,776 com p-valor 0,41141

Fonte: Elaborado pelo Autor

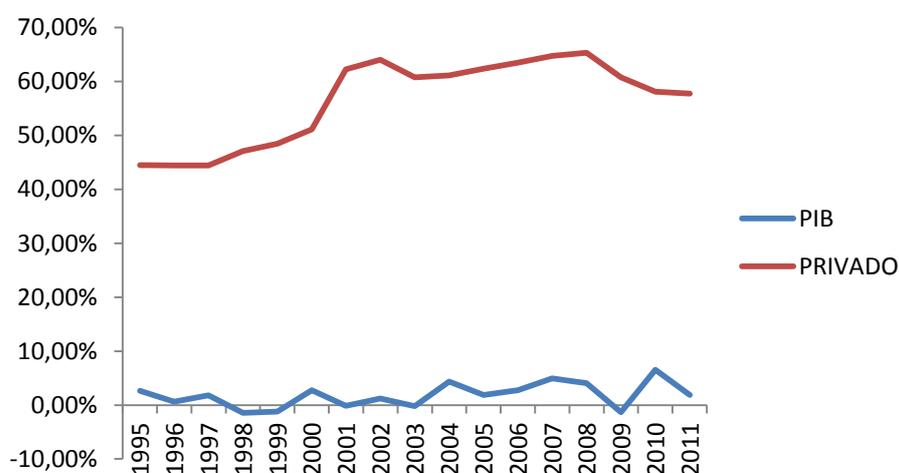
5.5. Sistema Bancário Brasileiro

No caso brasileiro, as variáveis a serem utilizadas, em relação ao crescimento econômico será a mesma, ou seja, crescimento do PIB per capita. Porém os dados para determinar desenvolvimento bancário será outro:

- Privado: refere-se ao crédito privado em relação ao crédito doméstico total;
- PÚBLICO: refere-se ao crédito público em relação ao crédito doméstico total;
- Comércio Internacional: refere-se ao comércio internacional médio;

A utilização da variável PRIVADO como indicador de desenvolvimento financeiro é justificado pelas características dessas instituições de lidarem melhor com gerenciamento de risco e por serem mais eficientes na alocação de crédito. Basicamente se pressupõe que a medida que as instituições privadas tomarem o sistema, haveria uma maior lucratividade em razão da maior eficiência econômica dessas instituições. O resultado seria uma maior taxa de crescimento econômico.

GRÁFICO 9: Comportamento das Variáveis crescimento do PIB per capita e Participação do Crédito dos Bancos Comerciais sobre Crédito Total (Brasil): 1995-2011



Fonte: Elaborado pelo Autor

No gráfico 9 é difícil de observar uma relação positiva entre crescimento econômico e desenvolvimento do sistema bancário. Contudo há geralmente uma tendência parecida no comportamento das duas variáveis. Com isso é possível dizer que na presença uma maior proporção de crédito privado há um incentivo ao crescimento econômico, contudo não há como fazer tal afirmação. Uma possibilidade para esse comportamento seria relacionada com crescimento econômico, que incentivaria a maior participação de crédito privado.

TABELA 5:Regressão do Crescimento para o Brasil

	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão- t</i>	<i>p-valor</i>
const	-28,448	23,0514	- 1,2341	0,23901
PUBLICO	28,4296	23,0543	1,2332	0,23935
PRIVADO	28,4111	23,02	1,2342	0,23898
comercio_intern	0,2638	0,37367	0,706	0,49267

Fonte: Elaborado pelo Autor

A tabela 5 apresenta resultados semelhantes ao da Alemanha e dos EUA. No caso brasileiro nenhuma variável foi significativa. Com dados não é possível determinar se o setor bancário tem alguma relação positiva com crescimento econômico, nem mesmo argumentar sobre a participação do crédito privado aumentar durante os períodos de crescimento.

TABELA6: Teste de Normalidade dos Resíduos (Brasil)

Distribuição de frequência para uhat5, observações 1-17
número de classes = 7, média = 1,09849e-016, desvio padrão = 0,0229991

intervalo	pt. médio	frequência	rel.	acum.
< -0,023049	-0,029417	3	17,65%	17,65% *****
-0,023049 -	-0,010314 -0,016681	2	11,76%	29,41% ****
-0,010314 -	0,0024219-0,0039459	4	23,53%	52,94% *****
0,0024219 -	0,015157 0,0087896	5	29,41%	82,35% *****
0,015157 -	0,027893 0,021525	2	11,76%	94,12% ****
0,027893 -	0,040628 0,034261	0	0,00%	94,12%
>= 0,040628	0,046996	1	5,88%	100,00% **

Teste para a hipótese nula de distribuição normal:
Qui-quadrado(2) = 0,956 com p-valor 0,61987

Fonte: Elaborado pelo Autor

6. Conclusões

Este trabalho se propôs a investigar a relação entre o setor bancário e o crescimento econômico, mais especificamente para o caso da Alemanha, Brasil e Estados Unidos.

Para este fim buscou-se inicialmente entender o mecanismo de relacionamento entre bancos e as economias. A partir da revisão histórica é possível aferir que a ascensão bancária exerceu grande influência para o desenvolvimento do comércio. A capacidade de essas instituições lidarem com riscos e imperfeições do mercado fazem parte das características primais. A habilidade de mobilizar recursos e gerar liquidez são dois pontos primordiais para a dinamização e crescimento de países e regiões.

Especificamente examinando-se a Alemanha, é possível dizer que a sua estrutura é muito eficiente na fomentação, podendo ser facilmente observado em diversos setores. A singularidade dos Grandes Bancos Universais Alemães ou “Hausbank”, o permite ter um significativo reconhecimento, muito em razão da participação ativas desses intermediários nas empresas germânicas. Outro fator estrutural importante se refere à gama diversificada de intermediários, desde os próprios Grandes Bancos, até instituições de menor destaque, como as Caixas Econômicas (Sparkassen).

Como já discutido durante o segundo capítulo, os EUA têm um sistema bancário singular, devido a sua atomização. Se tratando da possível relação positiva com o crescimento econômico é imprescindível destacar que a grande concorrência interna não prejudicou o nascimento de grandes bancos, cujos em nível internacional se localizam entre os maiores. De modo oposto a Alemanha, há também um forte Mercado de Capitais, que tem igualmente influência no crescimento econômico.

A luz das experiências internacionais, observamos que o sistema bancário nacional se aproxima em muitos pontos ao germânico, com a presença forte de bancos de desenvolvimento como o BNDES e com um ambiente mais concentrado. Todavia desde a implantação do Plano Real houve uma forte entrada de bancos estrangeiros e o crédito privado passou a ser o líder nesse quesito. É viável concluir que o país passa por um processo de desenvolvimento financeiro, que se confirmado poderá influenciar o crescimento

econômico, partindo da premissa que há de fato uma relação positiva entre essas duas variáveis.

Concluí-se que na teoria há evidências que corroboram o papel chave dos bancos no crescimento econômico, havendo uma vasta literatura que obteve resultados positivos do sistema financeiro sobre o crescimento dos países. Contudo, as regressões de crescimento para os três países em questão não apresentaram resultados robustos como se esperaria. Isso, provavelmente, decorre do tamanho da amostra utilizada e da falta de dados sobre variáveis de controle importantes, o que demanda a continuidade de novos estudos.

Referências

ALLEN, Franklin; GALE, Douglas. A welfare comparison of intermediaries and financial markets in Germany and the US. **European Economic Review**, North Holland, v. 39, p. 179-209, fev.1995.

ALLEN, Franklin. **Financial Markets, Intermediaries and Intertemporal Smoothing**. IN: The Wharton School. 1996. Disponível em: <<http://fic.wharton.upenn.edu/fic/papers/96/9633.pdf>> Acesso em: 25 de Setembro 2011.

ALLEN, Franklin. The Market for information and the Origin of Financial Intermediation. **Journal of Financial Intermediation**, Pennsylvania, v. 1, p. 3-30, 1990. Disponível em: <<http://finance.wharton.upenn.edu/~allenf/download/Vita/marketforinfo.pdf>> Acesso em: 26 de Setembro 2011.

ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. São Paulo: Atlas, 1999

BARBOSA, Fernando. **O Sistema Financeiro Brasileiro**, espécies. Rio de Janeiro. Mimeografado. Disponível em: <<http://www.fgv.br/professor/fholanda/Arquivo/Sistfin.pdf>> Acesso em: 10 Outubro de 2011.

BISWAS, R. ; LÖCHEL, H. Recent Trends in U.S. and German Banking: Convergence or Divergence? **Hochschule für Bankwirtschaft**, Frankfurt, v. 29, 2001. Disponível em: <www.frankfurt-school.de/dms/.../Arbeits29.pdf> Acesso em: 15 Outubro 2011.

BÖRNER, Christoph; Entstehung und strukturelle Problemfelder des deutschen Bankensystems. In: Veranstaltung zum Thema „Entwicklungen und Möglichkeiten des deutschen Bankensystems“ Köln, 1996. Disponível em: <<http://www.uni-koeln.de/wisofak/bankseminar/veroeff/mub/76/boerner.pdf>> Acesso em: 22 de Setembro 2011.

CALOMIRIS,C ; BEIM, D. **Emerging Financial Markets**, Columbia: Columbia Business School, 2001.

CAMARGO, P. **A Evolução Recente do Setor Bancário do Brasil**, Araraquara: Universidade Estadual e Paulista, 2009.

CARVALHO,C; TREPASSE,A. **Banco Público como Banco Comercial e Múltiplo: Elementos para uma Análise do Caso Brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA . 2010

CINTRA,M.A.M. As instituições financeiras de fomento e o desenvolvimento econômico: as experiências dos EUA e da China. **Ensaio sobre Economia Financeira**. Rio de Janeiro: BNDES,2009.

CHANGES IN GERMANY'S BANK-BASED FINANCIAL SYSTEM: A VARIETIES OF CAPITALISM PERSPECTIVE. **WISSENSCHAFTSZENTRUM BERLIN FÜR**

SOZIALFORSCHUNG. Berlim. 2004. Disponível em: <<http://bibliothek.wzb.eu/pdf/2004/ii04-03.pdf>> Acesso em: 24 de Setembro 2011.

DEGRYSE, Hans; KIM, Moshe; ONGENA; Steven. **Microeconometrics of Banking.** New York: Oxford University Press, 2009.

DEUTSCHE BUNDESBANK. **Die Deutsche Bundesbank: Aufgabenfelder, Rechtlicher Rahmen, Geschichte.** Frankfurt am Main, 2006. Disponível em: <<http://www.bundesbank.de/download/presse/publikationen/buchbundesbank.pdf>> Acesso em: 10 de Setembro 2011.

DREI SÄULE MODELL, **Ifo Schnelldienst**, v. 14, Berlin, 2005.

EDWARDS, F. R. MISHKIN, Frederic. The Decline of Traditional Banking: Implications for Financial Stability and Regulatory Policy. **Economic Policy Review**, Federal Reserve Bank of New York, v. 1, p. 27-45, fev. 1995. Disponível em: <<http://www2.econ.iastate.edu/classes/econ353/ganco/documents/DeclineofTraditionalBanking.pdf>> Acesso em: 20 de Setembro 2011.

ELSAS, R ; KRAHNER, J. **Universal Banks and Relationships with Firms.** Oxford University 2004

FERGUNSON, N. **A Ascensão do Dinheiro – a História Financeira do Mundo**, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro.** São Paulo: Qualitymark, 2008.

FREITAS, Xavier; ROCHET, Jean-Charles. **Microeconomics of Banking.** Barcelona: The MIT Press, 2008.

FRIDMAN, Milton; Schwarz, Anna Jacobson. **A Monetary History of the United States, 1867-1960.** Princeton: Princeton University Press, 1963.

HEFFERMAN, Shelagh. **Modern Banking.** West Sussex: John Wiley & Sons Ltd, 2005.

HILDRETH, R. **The History of Banks.** Kitchener: Batoche Books, 2001

JAYME, F; CROCCO, M. **Eficiência dos bancos públicos no Brasil: uma avaliação Empírica.** Rio de Janeiro: IPEA. 2010

KING, R; LEVINE, R. Finance and Growth: Schumpeter Might Be Right. **Quarterly Journal of Economics** v.108, p.717-737, 1993.

LUCAS, R. On the Mechanics of Economic Development. **Journal of Monetary Economics.** North Holland v.22, p. 3-42, 1988.

PAGANO, Marco. Financial Markets Growth. **European Economic Review**, North Holland, v. 37, p. 613-622, 1993. Disponível em: <www.csef.it/pagano/EER-1993.pdf> Acesso em: 16 de Setembro 2011.

PANORAMA DO SETOR BANCÁRIO E VISÃO DE FUTURO. **Anuário CIAB – FEBRABAN**. São Paulo: FGV, 2011.

QUINN, S ; ROBERDS; W. **The Big Problem of Foreign Bills: The Bank of Amsterdam and the Origins of Central Banking**. Disponível em: <<http://www.econ.tcu.edu/quinn/finhist/readings/intro.pdf>> Acesso em: 5 de Maio 2012.

RAJAN, Raghuram; ZINGALES, Luigi. Financial Dependence and Growth. **The American Economic Review**, Chicago, v.88, p. 559-586, 1998.

Rich, G;Walter C. The Future of Universal Banking. **Cato Journal** v.13 p.289, 1993.

SACHVERSTÄNDINGENRAT ZUR BEGUTACHTUNG DER GESAMTWIRTSCHAFTLICHEN ENTWICKLUNG. **Das Deutsche Finanzsystem**. Wiesbaden, 2008. Disponível em: <http://www.sachverstaendigenrat-wirtschaft.de/fileadmin/dateiablage/Expertisen/Das_deutsche_Finanzsystem.pdf> Acesso em: 10 de Setembro 2011.

SANTOS, Tharcísio Bierrenbach de Souza. **Desenvolvimento Financeiro e Crescimento Econômico**. 2010. Disponível em: <<http://www.tbss.pro.br/arquivos/textos/desenvolvimentofinanceiroecrescimentoeconomico-TB.pdf>> Acesso em: 10 de Setembro 2011.

SANTOS, E; PORTO JÚNIOR, S. Sistema financeiro e crescimento econômico: uma aplicação de regressão quantílica. **Economia Aplicada**. V.3, p.425-442, 2006

SCHUMPETER, Joseph. **The Theory of Economic Development**. New York: Oxford University, 1961.

SIRRI,E. **Investment Banks, Scope, and Unavoidable Conflicts of Interest**. Economic Review. Atlanta, 2004.

WURGLER, Jeffrey. **Financial markets and the allocation of capital**. Journal of Financial Economics. New Haven, 2000.